

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS  
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA  
CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO**

**IMPACTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA  
ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS  
SEM FINS LUCRATIVOS: O CASO APAE-RIO.**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

**OTACILIO PEÇANHA FILHO**

Rio de Janeiro 2004

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

**CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA**

**CURSO DE MESTRADO EXECUTIVO**

**TÍTULO**

**IMPACTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES  
PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS: O CASO APAE-RIO.**

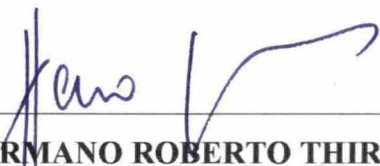
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR:**

**OTACÍLIO PEÇANHA FILHO**

E

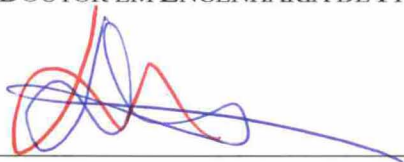
APROVADO EM 17 / 10 / 2003.

PELA COMISSÃO EXAMINADORA



**HERMANO ROBERTO THIRY-CHERQUES**

DOUTOR EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



**DEBORAH MORAES ZOUAIN**

DOUTORA EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO



**PAULO REIS VIEIRA**

PH.D EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Elzi e Octacilio.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor-orientador Hermano Roberto Thiry-Cherques pela orientação e apoio para a elaboração da dissertação.

Ao pesquisador da FGV-Rio Roberto da Costa Pimenta pelas várias sugestões recebidas ao longo do processo de elaboração da dissertação e ao colega de FGV-Rio Paulo César Stilpen pelas críticas e sugestões.

Às professoras Valderéz Fraga e Vera Vergara pelo incentivo e apoio recebidos quando da oportunidade de cursar disciplina por elas ministradas no Mestrado.

À APAE-Rio, nas figuras de seu presidente Arlindo Catoia Varela, por permitir a execução do presente estudo e da Ouvidora da instituição, Elisângela Dias, pelo auxílio na aplicação dos questionários.

À professora Débora Moraes Zouain e ao professor Paulo Reis Vieira por participarem da banca.

À minha esposa Marina, meus filhos Mariana e Daniel, e meus enteados Carolina e Saulo pelo apoio recebido.

A todos aqueles que, com um gesto ou palavra, me estimularam nesta empreitada.

## **RESUMO**

A presente dissertação trata do trabalho voluntário e da atuação das instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais. A questão central deste estudo é a investigação a respeito do impacto do trabalho voluntário na atuação das mencionadas instituições, e seu objetivo final é a avaliação deste impacto. O estudo tem como objetivos secundários o levantamento de informações sobre as motivações do trabalhador voluntário e a identificação dos significados atribuídos ao trabalho voluntário. Adotou-se a pesquisa do tipo estudo de caso com tratamento qualitativo e quantitativo dos dados obtidos. A aplicação de questionários junto aos familiares e voluntários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Rio) revelou aspectos importantes para a pesquisa e fomentou o estudo de assuntos vinculados ao voluntariado trazidos pelos próprios entrevistados, tais como o amor, a solidariedade e a cidadania. Questões próprias do voluntariado e do Terceiro Setor também são abordadas, juntamente com as principais correntes de pensamento no campo da ética, com o intuito de embasar as conclusões do estudo. Os resultados apontam para um impacto positivo do trabalho voluntário na atuação das instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Voluntário, Terceiro Setor e Solidariedade

## **ABSTRACT**

This study is about voluntary work and the performance of non-profit private organizations that assist people with special needs. The study investigates the impact of voluntary work on the performance of above-mentioned organizations, and its final objective is to evaluate this impact. Secondary objectives are to collect information about volunteer's motivations and the meaning attributed to voluntary work by volunteers. This is a case study research, with qualitative and quantitative treatment of the results obtained. Important aspects to this study were indicated in the answers to the questionnaire applied to volunteers and relatives of people assisted by "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Rio)" which also motivated the study of subjects as love, solidarity and citizenship. Voluntary work and Third Sector specific questions are also discussed, together with some aspects in the field of Ethics, with the aim of basing the conclusions of this study. The results indicate that voluntary work impacts positively on the performance of non-profit organizations that assist people with special needs.

**KEY WORDS:** Voluntary Work, Third Sector and Solidarity

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos familiares (Sexo) – APAE-Rio .....	55
Tabela 2 – Identificação dos familiares (Idade) – APAE-Rio .....	55
Tabela 3 – Identificação dos familiares (Profissão) – APAE-Rio .....	56
Tabela 4 – Identificação dos familiares (Escolaridade) – APAE-Rio .....	56
Tabela 5 - Identificação dos familiares (Ocupação) – APAE-Rio .....	57
Tabela 6 – Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE-Rio .....	58
Tabela 7 – Aumento ou diminuição do número de voluntários na APAE-Rio .....	59
Tabela 8 – Atuação dos voluntários na APAE-Rio .....	60
Tabela 9 – Voluntariado e qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio .....	61
Tabela 10 – Identificação dos voluntários (Sexo) – APAE-Rio .....	62
Tabela 11 - Identificação dos voluntários (Idade) – APAE-Rio .....	63
Tabela 12 - Identificação dos voluntários (Profissão) – APAE-Rio .....	63
Tabela 13 - Identificação dos voluntários (Escolaridade) – APAE-Rio .....	64
Tabela 14 - Identificação dos voluntários (Ocupação) – APAE-Rio .....	64
Tabela 15 - Identificação dos voluntários (Setor de atuação) – APAE-Rio .....	65
Tabela 16 – Motivação dos voluntários na APAE-Rio .....	66
Tabela 17 – Relacionamento entre trabalhadores voluntários e trabalhadores remunerados na APAE-Rio .....	67
Tabela 18 – Atuação dos voluntários na APAE-Rio .....	68
Tabela 19 – Voluntariado e desenvolvimento geral das pessoas atendidas na APAE-Rio .....	69
Tabela 20 – Significado atribuído ao trabalho pelos voluntários na APAE-Rio .....	70
Tabela 21 – Dedicção semanal dos voluntários na APAE-Rio .....	71

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

Gráfico 1 – Escolaridade dos familiares - APAE-Rio .....	58
Gráfico 2 – Ocupação dos familiares - APAE-Rio .....	58
Gráfico 3 – Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE-Rio .....	59
Gráfico 4 – Influência se aumentar o número de voluntários na APAE-Rio .....	60
Gráfico 5 – Influência se diminuir o número de voluntários na APAE-Rio .....	60
Gráfico 6 – Atuação dos voluntários da APAE-Rio .....	61
Gráfico 7 – Influência do voluntariado na qualidade APAE-Rio .....	62
Gráfico 8 – Sexo dos voluntários da APAE-Rio .....	62
Gráfico 9 – Idade dos voluntários da APAE-Rio .....	63
Gráfico 10 – Escolaridade dos voluntários da APAE-Rio .....	64
Gráfico 11 – Motivações para o trabalho voluntário na APAE-Rio .....	67
Gráfico 12 – Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados APAE-Rio .....	68
Gráfico 13 – Atuação dos voluntários da APAE-Rio .....	68
Gráfico 14 – Impacto da atuação do voluntariado na APAE-Rio .....	69
Gráfico 15 – Significado atribuído ao trabalho voluntário / APAE-Rio .....	71
Quadro 1 – Trabalhadores da APAE-Rio .....	52
Figura 1 – Os três Setores .....	21

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO .....	10
1.1 - Estrutura do estudo.....	12
1.2 - Definição do problema.....	13
1.3 - Objetivos .....	13
1.4 - Delimitação do estudo.....	14
1.5 - Relevância do estudo .....	14
1.6 - Definição dos termos .....	14
2 - METODOLOGIA .....	16
2.1 - Tipo de Pesquisa .....	16
2.2 - Universo e amostra.....	16
2.3 - Coleta de dados .....	17
2.4 - Tratamento dos dados .....	17
2.5 - Limitações do método.....	17
3 - REFERENCIAL TEÓRICO .....	19
3.1 - Trabalho nas organizações .....	19
3.2 - Trabalho no Terceiro Setor .....	20
3.3 - Trabalho voluntário.....	23
3.3.1 - História do voluntariado no Brasil .....	26
3.3.2 - Importância do trabalho voluntário.....	27
3.3.3 - O voluntário e a instituição .....	29
3.4 - Cidadania .....	30
3.4.1 - Direitos e deveres da cidadania.....	30
3.4.2 - A cidadania no tempo .....	31
3.4.3 - A cidadania no Brasil .....	33
3.5 - Ética .....	38
3.5.1 - Ética do dever.....	38
3.5.2 - Utilitarismo ético.....	39
3.5.3 - Relativismo ético.....	40
3.6 - Amor .....	41
3.7 - Solidariedade.....	47
4 - O CASO APAE-Rio.....	51
4.1 - A organização .....	51
4.2 - Objetivo.....	51
4.3 - Estrutura.....	52
4.4 - Público atendido.....	53
4.5 - Orçamento.....	54
4.6 - A pesquisa .....	54
4.6.1 - Pesquisa junto aos familiares (apresentação e análise dos dados).....	56
4.6.1.1 - Identificação dos familiares (Sexo).....	56
4.6.1.2 - Identificação dos familiares (Idade).....	56
4.6.1.3 - Identificação dos familiares (Profissão).....	57
4.6.1.4 - Identificação dos familiares (Escolaridade).....	57
4.6.1.5 - Identificação dos familiares (Ocupação).....	58
4.6.1.6 - Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE-Rio .....	59
4.6.1.7 - Aumento ou diminuição do número de voluntários na APAE-Rio .....	60
4.6.1.8 - Atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio .....	61

4.6.1.9 - Voluntariado e qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio .....	62
4.6.2 - Pesquisa junto aos trabalhadores voluntários (apresentação e análise dos dados) .....	63
4.6.2.1 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Sexo) .....	63
4.6.2.2 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Idade) .....	64
4.6.2.3 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Profissão) .....	64
4.6.2.4 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Escolaridade) .....	65
4.6.2.5 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Ocupação) .....	65
4.6.2.6 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Setor de Atuação) .....	66
4.6.2.7 - Motivação dos trabalhadores voluntários .....	67
4.6.2.8 - Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados .....	68
4.6.2.9 - Atuação dos trabalhadores voluntários .....	69
4.6.2.10 - Voluntariado e desenvolvimento geral das pessoas atendidas .....	70
4.6.2.11 - Significado atribuído ao trabalho .....	71
4.6.2.12 - Dedicção semanal .....	72
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
6 - REFERÊNCIAS .....	77
ANEXOS .....	80
Anexo A - Questionário aplicado aos familiares das pessoas atendidas na APAE-Rio .....	81
Anexo B - Questionário aplicado aos voluntários da APAE-Rio .....	83
Anexo C - Lei do Serviço Voluntário .....	86
Anexo D - Aspectos a serem contemplados em um programa básico de captação de voluntários .....	88
Anexo E - Fatores que contribuem para manter a motivação do voluntário .....	90
Anexo F - Termo de Adesão ao Serviço Voluntário .....	93

## 1 - INTRODUÇÃO

O trabalho desempenha papel importante na vida das pessoas, seja pela possibilidade de realização pessoal, pela contribuição para o bem-estar de um grupo social, pela obtenção de prestígio no meio em que se vive ou pela auferição de vantagens e ganhos materiais. Trabalhar é sinônimo de sacrifício para alguns, satisfação para outros e, de uma forma ou de outra, esta atividade humana nos acompanha por boa parte de nossas vidas. Diz-se que o trabalho ajuda a formar a identidade humana.

O trabalho vem sofrendo mudanças nos últimos anos, como a diminuição de postos na indústria, fruto da automação, e aumento de postos no setor de serviços, sem no entanto evitar o crescente desemprego em todo o mundo. Atualmente o trabalhador é mais escolarizado e recebe menos pelo que faz. O “trabalho à distância”, ou trabalhar em casa, é outra novidade que vem ganhando adeptos em algumas empresas, em função da crescente adoção de tecnologias de banda larga para transmissão de dados por computador. A propósito, cada vez mais o trabalhador é obrigado a fazer uso do teclado de um computador, seja para inserir ou recuperar dados ou para comunicar-se com seus pares, subordinados, superiores, clientes ou fornecedores.

A remuneração pelo trabalho executado vem se constituindo de parcela fixa e outra variável em função de resultados, não somente para cargos do alto escalão das empresas, mas para empregados de níveis hierárquicos mais baixos. Direitos adquiridos pelos trabalhadores vêm sendo questionados por parte dos empregadores na sua busca por flexibilizar as leis trabalhistas de modo a reduzir custos e manter a competitividade. Por seu turno, os trabalhadores não se dispõem a abrir mão dos direitos conquistados, como licença paternidade, bônus de férias, entre outros, mesmo face à argumentação de que o excesso de obrigações inibe a contratação e aumenta a informalidade.

Estima-se que cerca de 45% dos trabalhadores ocupados nas regiões metropolitanas são informais segundo Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra tendência é o enfraquecimento do papel dos sindicatos, uma vez que se torna mais difícil lutar por melhores condições, ou mesmo manter as atuais, quando é grande o número de desempregados que se oferecem para ocupar os postos existentes.

A busca por uma sociedade mais justa, com a eliminação da fome e da miséria no mundo, passa pela questão do trabalho. Os avanços tecnológicos e seus conseqüentes ganhos de

produtividade indicam que cada vez menos pessoas precisarão trabalhar para suprir as necessidades da população mundial. A questão é distribuir de forma eqüitativa a riqueza gerada e garantir condições mínimas de subsistência aos que não estiverem ocupando postos de trabalho. Eis o grande desafio.

O Terceiro Setor tem se fortalecido a partir de diversas iniciativas da sociedade em participar do processo de construção de um mundo mais justo, não relegando ao poder público – Primeiro Setor – e à iniciativa privada – Segundo Setor – tal responsabilidade. As instituições privadas sem fins lucrativos têm desempenhado importante papel na busca por oferecer condições dignas a parcelas excluídas da sociedade, inclusive portadores de necessidades especiais. Um dos desafios, com o qual essas organizações têm se deparado, é a utilização de práticas gerenciais apropriadas. A pura imitação de práticas da iniciativa privada pode levar a desvios dos objetivos a serem alcançados.

O trabalho com portadores de necessidades especiais, sejam eles deficientes físicos, mentais, ou portadores de qualquer outra necessidade, exige especialização, planejamento, acompanhamento constante e, sobretudo, aceitação de que não somos melhores ou piores quando comparados uns com os outros. Somos apenas diferentes no estágio em que nos encontramos.

A presença do voluntariado nas instituições sem fins lucrativos é bastante forte. Motivado por valores de participação e solidariedade, o trabalhador voluntário está presente na ajuda a uma causa que lhe seja simpática, na ajuda ao outro, na busca do seu crescimento e desenvolvimento pessoal.

O trabalho voluntário faz parte da cultura de vários países europeus e dos Estados Unidos, contribuindo sobremaneira para a realização de projetos importantes para a sociedade. Desde cedo, os jovens destes países têm experiências como trabalhadores voluntários, não se tratando, portanto, de atividade reservada a pessoas idosas e aposentadas. O Brasil vem apresentando contribuição crescente do voluntariado, simultaneamente ao crescimento do Terceiro Setor.

A atuação das instituições privadas sem fins lucrativos, no esforço empreendido pela sociedade para diminuir a parcela de excluídos, não deve visar a substituição dos serviços do Estado, e sim a sua complementação. O trabalhador voluntário, presente nestas instituições, doa tempo, trabalho e talento, não importando o seu grau de escolaridade ou idade.

O presente estudo engloba uma pesquisa de campo em instituição privada sem fins lucrativos, com o intuito de avaliar o impacto do trabalho voluntário na atuação de instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais. A partir das respostas aos questionários aplicados nos meses de julho e agosto de 2003 junto aos voluntários e aos familiares de pessoas atendidas na instituição, buscou-se um referencial teórico que trouxesse embasamento às conclusões do presente estudo.

A atuação isolada do Estado tem se mostrado incapaz de implementar as ações necessárias ao atendimento adequado a pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo dados do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), existem no Brasil 24,5 milhões de pessoas portadoras de deficiência, representando 14,5 % da população brasileira. A deficiência mental permanente – tipo de deficiência das pessoas assistidas na instituição onde se deu a pesquisa de campo – atinge 2,8 milhões de pessoas representando 1,7% da população brasileira.

A análise de diferentes períodos ao longo da história do Brasil nos quais a presença do Estado se fez com maior ou menor intensidade, revela que, a despeito de diferenças verificadas no nível de exclusão social, não há como superar as dificuldades sem a ação conjunta de toda a sociedade.

### **1.1 - Estrutura do estudo**

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos que procuram apresentar o assunto de forma sequencial a partir deste capítulo introdutório, de modo a permitir ao leitor familiarizado ou não com o assunto o seu acompanhamento até as considerações finais.

O segundo capítulo do estudo trata da metodologia de pesquisa utilizada, englobando questões como o tipo de pesquisa, o universo e a amostragem utilizada, a coleta e o tratamento dos dados e, por fim, as limitações do estudo.

O terceiro capítulo desta dissertação apresenta o referencial teórico procurando trazer elementos elucidativos dos temas Trabalho, Terceiro Setor, Voluntariado, Cidadania, Ética, Amor e Solidariedade. O voluntariado é apresentado na sua evolução de mera assistência social, fundamentada em motivos pessoais, até a atual participação consciente em direção à construção da cidadania, enquanto que o Terceiro Setor, palco de atuação do voluntariado em larga escala, é apresentado com as características que lhe conferem uma atuação ágil e eficiente comparada àquela do Estado. As principais correntes de pensamento no campo da

ética são abordadas e traz-se a questão da cidadania não só como direito, mas como dever de toda pessoa. Por fim, são analisados a solidariedade, originária de expressão jurídica latina, e o amor, com seus diversos significados na tradição filosófica, a partir da sua identificação espontânea com o trabalho voluntário nas respostas aos questionários aplicados.

No quarto capítulo faz-se a apresentação e a análise dos dados obtidos nas respostas aos questionários aplicados, bem como a descrição do processo de pesquisa. A pesquisa junto aos familiares de pessoas atendidas na APAE-Rio traz a expectativa destes familiares quanto ao impacto do trabalho voluntário no desenvolvimento geral de pessoas portadoras de necessidades especiais, a atuação dos trabalhadores voluntários e a influência do número de voluntários na qualidade dos serviços oferecidos pela instituição. A pesquisa junto aos trabalhadores voluntários da APAE-Rio traz informações sobre as motivações do trabalhador voluntário, o relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados, a atuação do trabalhador voluntário, o impacto no desenvolvimento geral das pessoas, o significado atribuído ao trabalho e o tempo dedicado ao trabalho voluntário.

O quinto capítulo traz as considerações finais do estudo e recomendações a respeito do tema.

A abordagem do tema voluntariado no presente estudo está alinhada com o pensamento da socióloga e ex-primeira-dama do país, Ruth Cardoso, quando afirma que “o voluntariado que nasce do encontro da solidariedade com a cidadania, não substitui o Estado, nem compete com o trabalho remunerado, mas exprime, isto sim, a capacidade da sociedade de assumir responsabilidades e agir por si mesma”. Tal afirmação encontra-se na contracapa do Manual do Voluntário, elaborado pelo Programa Voluntários, do Conselho da Comunidade Solidária.

## **1.2 - Definição do problema**

Qual o impacto do trabalho voluntário na atuação de instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais?

## **1.3 - Objetivos**

O presente estudo tem como objetivo final:

- Avaliar o impacto do trabalho voluntário na atuação de instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais.

Tem como objetivos secundários:

- Levantar informações sobre as motivações do trabalhador voluntário;
- Identificar os significados atribuídos ao trabalho voluntário.

#### **1.4 - Delimitação do estudo**

A pesquisa restringe-se ao trabalho voluntário em instituições privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais na cidade do Rio de Janeiro.

#### **1.5 - Relevância do estudo**

O presente estudo pretende contribuir para a investigação sobre a importância do trabalho voluntário, no esforço empreendido pela sociedade para promover a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. O tema vem sendo estudado em alguns países europeus e nos Estados Unidos, onde a cultura do voluntariado é mais forte, mas carece de maior interesse pelos estudiosos brasileiros. A necessidade de promover condições dignas à grande parcela socialmente excluída da população brasileira, não só de portadores de necessidades especiais, e a existência de diversas instituições privadas sem fins lucrativos que se dedicam a promover o bem-estar social, fazem do voluntariado um assunto que merece a atenção de todos que se interessam por melhores condições de vida no Brasil.

#### **1.6 - Definição dos termos**

Trabalhador Voluntário:

Voluntário é o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos (definição adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e divulgada pela organização não governamental – ONG - RIOVOLUNTÁRIO).

Cidadania:

Condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política (HOUAISS, 2003).

### Terceiro Setor:

As organizações que fazem parte do terceiro setor apresentam as seguintes características (SALOMON; ANHEIER, 1997).

- Estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.
- Privadas: estas organizações não têm nenhuma relação institucional com governos, embora possam deles receber recursos.
- Não distribuidoras de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem “fins lucrativos” e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.
- Autônomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.
- Voluntárias: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não-remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

## **2 - METODOLOGIA**

Segundo Richardson (1999, p. 22), a metodologia são os procedimentos e regras utilizados por determinado método, enquanto método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo. No caso presente adotou-se o estudo de caso como tipo de pesquisa, tendo sido escolhida uma instituição de grande representatividade no universo das instituições privadas sem fins lucrativos que se dedicam ao atendimento do portador de necessidade especial.

Estudo de caso é definido como um estudo aprofundado de uma única unidade (um fenômeno relativamente confinado), tendo tal estudo o sentido de elucidar aspectos de uma classe de fenômeno similar. Estuda-se intensivamente uma única unidade com o propósito de entender uma classe maior de unidades semelhantes.

A escolha do estudo de caso deve-se ao interesse de aprofundar o estudo em uma única instituição, com o intuito de estimar, a partir dos resultados encontrados, o que acontece em instituições semelhantes. Sem dúvida, o fato de trabalhar como voluntário na referida instituição serviu como estímulo à decisão tomada.

### **2.1 - Tipo de Pesquisa**

Trata-se de pesquisa classificada quanto aos fins como descritiva e explicativa, e quanto aos meios como de campo, documental, bibliográfica e estudo de caso. Procura-se descrever a APAE-Rio – instituição com 50 anos de prestação de serviços à causa do deficiente mental – e explicar os resultados obtidos na pesquisa à luz do referencial teórico e das observações colhidas a partir da vivência na instituição. Documentos da Federação Nacional das APAEs foram utilizados para conhecer os princípios que norteiam a atuação da instituição.

### **2.2 - Universo e amostra**

O universo do presente estudo engloba instituições privadas sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro que prestam atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais. Quanto à amostra, foram aplicados questionários junto aos familiares de pessoas portadoras de necessidades especiais (Anexo A) e voluntários (Anexo B) da unidade Tijuca da APAE-Rio.

O acesso aos familiares ocorreu durante o tempo de permanência destes na instituição aguardando o término das sessões de tratamento das pessoas assistidas. O acesso aos voluntários ocorreu durante o período de trabalho na instituição.

A limitação da pesquisa ao universo estipulado deve-se ao interesse em não estender demasiadamente a sua abrangência sob pena de tornar as conclusões pouco precisas.

### **2.3 - Coleta de dados**

A coleta de dados engloba pesquisa bibliográfica em livros, jornais, revistas, anais de congressos, dissertações, noticiário televisivo, *sites* da Internet; pesquisa documental em relatórios de instituições e pesquisa de campo, com a aplicação de questionários, em uma instituição privada sem fins lucrativos.

Os questionários aplicados contêm perguntas abertas e perguntas fechadas. Os questionários foram aplicados por meio de contato direto com os respondentes.

Foram aplicados questionários a 110 familiares de um total de 369 que freqüentam a instituição semanalmente na unidade Tijuca, representando 30% da população. Quanto aos voluntários, foram aplicados questionários a todos aqueles que dedicam mais de três horas semanais à unidade Tijuca, excluídos os membros do Conselho Consultivo (que em geral freqüentam a Instituição apenas nas reuniões mensais). Todo o Conselho Consultivo e toda a Diretoria da instituição é, por força estatutária, constituída de trabalhadores voluntários.

### **2.4 - Tratamento dos dados**

Os dados apresentados no presente estudo recebem tratamento quantitativo e interpretação qualitativa. As respostas às perguntas dos questionários trazem informações que revelam o posicionamento dos familiares e dos voluntários quanto às questões investigadas. A apresentação estruturada dos dados e a sua análise fazem parte do capítulo quatro.

### **2.5 - Limitações do método**

A principal limitação do método diz respeito à coleta e ao tratamento dos dados. Vale destacar, como possíveis fatores limitantes, algumas respostas sem muita convicção por parte dos entrevistados a partir de respostas já apresentadas nas perguntas fechadas.

Por fim, como lembra Gerring (2002), a pesquisa em ciência social não é um empreendimento puramente empírico. O que se acha está contingenciado pelo que se procura, e o que se procura está, de certa forma, contingenciado pelo que se espera encontrar.

### 3 - REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 - Trabalho nas organizações

A era moderna glorifica o trabalho e reserva o desprezo para aqueles que não colocam esta atividade como prioridade em suas vidas. Entende o labor como a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, ligada às necessidades vitais do homem, o trabalho como atividade que produz um mundo artificial de coisas e a ação como a atividade exercida diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Arendt (2002) tece comentários sobre a condição humana a partir destas fundamentais manifestações. O labor assegura a sobrevivência e a própria vida da espécie, o trabalho acrescenta, por meio de seu produto, certa permanência e durabilidade ao caráter efêmero da vida humana e a ação possibilita a lembrança, a história. Labor e trabalho produzem o que é necessário e útil e, em decorrência, não engendram a liberdade, uma vez que estão vinculados às necessidades e privações humanas, segundo Arendt (2002).

O trabalho, fonte de toda a propriedade para Locke e de toda a riqueza para Adam Smith, é considerado por Marx como fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade. Para Marx, os homens são aquilo que produzem, de forma que a essência do ser humano está no trabalho. O reino da liberdade, em oposição ao reino da necessidade ligado ao trabalho, deverá ser conquistado no tempo livre que o trabalhador deve reivindicar cada vez mais.

O trabalho deve ter sentido para quem o executa. Muitas organizações não respeitam as convicções ou preferências dos indivíduos, importando-se apenas com a realização das tarefas dentro dos prazos e padrões pré-estabelecidos. Agindo de tal maneira, abrem mão do espírito participativo e da criatividade de cada empregado que deveria sentir-se prestigiado e respeitado na sua individualidade. É comum o trabalhador submeter-se a conflitos entre as suas crenças e o discurso e a prática dos supervisores que transmitem o discurso das organizações na busca pelo alcance de metas operacionais pré-estabelecidas. O mundo real nas organizações dá pouco espaço para a subjetividade: trabalha-se contra o relógio e a objetividade impera.

Outro aspecto é o elogio à velocidade presente atualmente nas organizações que levam, em alguns casos, a ações precipitadas com resultados danosos, quando não de imediato, a médio ou a longo prazo. Tonelli (2002) afirma que a velocidade assumida pelas pessoas no

cotidiano do trabalho, em função das inovações tecnológicas, atua de dois modos: facilitador quando permite maior eficiência, mas aprisionador devido ao excesso de informação e busca desenfreada para acompanhar tudo o que está disponível.

A organização pós-burocrática, conforme observado por Barker (1993), apresenta grupos autogerenciados onde é exercido um tipo de controle poderoso, menos aparente e difícil de resistir. Este tipo de controle, praticado atualmente em larga escala nas organizações, traz algumas conseqüências para os indivíduos:

- Muito mais difícil manter a individualidade, pois o indivíduo é visto pelo grupo como uma peça da engrenagem-grupo, e como tal deve pensar e agir como o grupo;
- Atitudes de discordância em relação às posições assumidas pelo grupo são mal vistas e o indivíduo passa a ser considerado uma ameaça ao sucesso do grupo;
- Indivíduos esclarecidos e conscientes da situação de opressão por parte do grupo costumam ser marginalizados pelo grupo;
- Por ser sutil, o controle exercido na organização pós-burocrática pode passar despercebido mesmo aos indivíduos razoavelmente esclarecidos;
- Indivíduos que querem, a qualquer custo, manter os seus empregos, abrem mão de uma postura crítica e fazem o jogo das organizações – defendem com unhas e dentes os objetivos e as normas determinadas pelos superiores –, tornando-se marionetes da alta administração.

As grandes organizações sufocam o indivíduo a partir da disseminação de uma cultura organizacional fortemente impregnada dos valores que lhes interessa difundir. E, aproveitando-se da precarização do trabalho – salários em queda, nenhuma garantia do emprego, direitos precários – e crescente desemprego, impõem seus valores a indivíduos que, em contrapartida, lhe negam o entusiasmo que poderiam oferecer em condições de trabalho com liberdade.

### **3.2 - Trabalho no Terceiro Setor**

O Terceiro Setor engloba diferentes tipos de organizações, que têm em comum o fato de não estarem sob a tutela do Estado – o Primeiro Setor – nem estarem sob a tutela de empresas privadas – o Segundo Setor. A Fig. 1 mostra os três setores e sob qual domínio se encontram.

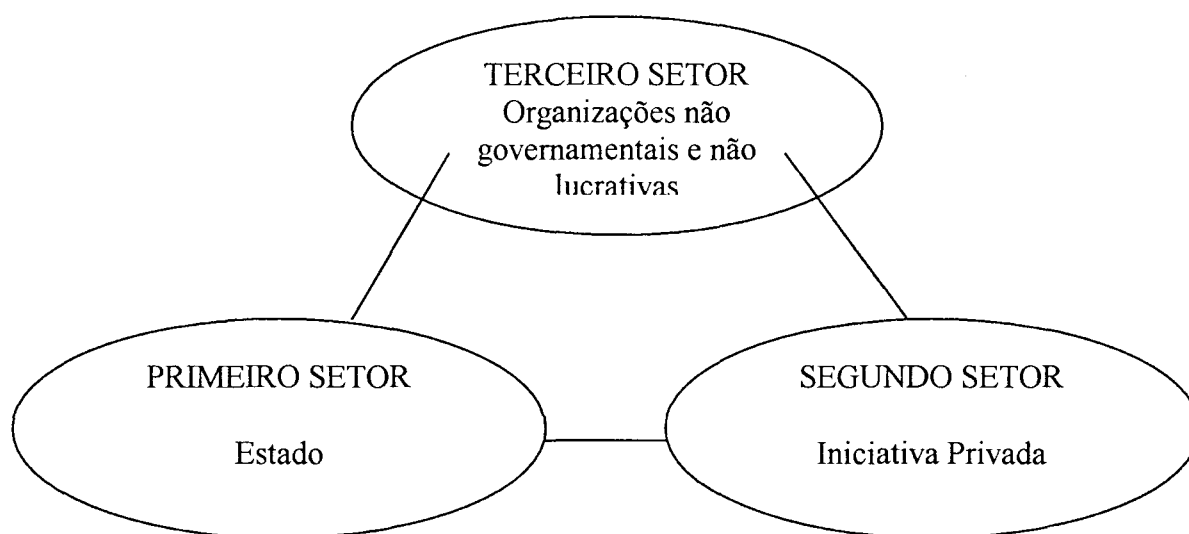


Figura 1 – Os três setores

Seguem exemplos de organizações pertencentes ao Terceiro Setor, segundo Teodósio (2001, p. 3):

- Associações comunitárias;
- ONGs;
- Instituições filantrópicas;
- Projetos de caridade;
- Igrejas e seitas;
- Fundações;
- Organizações Sociais (OS – conforme definição da proposta de Reforma do Estado);
- Projetos sociais desenvolvidos por empresas;
- Sindicatos.

Ainda de acordo com Teodósio (2001, p. 3), as organizações do Terceiro Setor desfrutam das seguintes qualidades que possibilitam uma atuação com mais agilidade e eficiência do que o Estado:

- Maior proximidade do cidadão (fornece o que a população deseja);
- Maior agilidade e desburocratização (estruturas reduzidas);
- Melhor utilização das verbas (canalização dos recursos para as “pontas” dos projetos sociais);
- Desenvolvimento mais profundo da cidadania (envolvem pessoas da comunidade);
- Valorização de soluções da própria comunidade (mais baratas e fáceis de aplicar);

- Rompimento do assistencialismo (contra-partida do cidadão beneficiado);
- Geração de emprego e renda (criação de trabalho remunerado em projetos sociais);
- Possibilidade de controle sobre o Estado (cobrança de atuação direta sobre os problemas sociais).

Um dos problemas enfrentados pelo Terceiro Setor é a adoção de técnicas gerenciais típicas da iniciativa privada na busca pela modernização e alcance de metas de curto prazo. Tal procedimento pode comprometer a realização de transformações sociais mais amplas.

A utilização do trabalho voluntário como substituto da mão-de-obra remunerada, é vista como um dos grandes desafios das organizações do Terceiro Setor.

Pesquisas demonstram que os principais problemas na utilização de trabalhadores voluntários, vivenciados pelas organizações que atuam no Terceiro Setor, estão ligados à pontualidade, avaliação de desempenho, qualificação para o trabalho e disponibilidade para o exercício das funções na organização. (...) Há uma relutância em se avaliar individualmente o desempenho dos voluntários, bem como adotar estratégias gerenciais voltadas ao controle, temendo-se que o voluntariado abandone suas atividades por não aceitar esse tipo de postura gerencial. (TEODÓSIO, 2001, p. 3)

Outro ponto importante é a preparação e qualificação para o trabalho, uma vez que as organizações do Terceiro Setor temem que o investimento despendido com treinamento e desenvolvimento dos voluntários, não proporcione o retorno esperado em virtude da incerteza quanto à permanência do voluntário na organização.

Por outro lado, segundo Teodósio (2001), a utilização de mão-de-obra voluntária é interessante devido à economia de recursos com remuneração e ao engajamento no trabalho. É comum o convívio de trabalhadores voluntários e trabalhadores remunerados nas organizações do Terceiro Setor, sendo que com estes últimos podem ser estabelecidas relações contratuais de trabalho temporário, parcial ou integral.

É importante ter em mente que as organizações do Terceiro Setor atuam com interesse no bem público e na cidadania, de tal forma que a adoção de critérios de rentabilidade do setor privado pode comprometer o seu sucesso.

Segundo recente estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a principal causa para o aumento da violência entre os jovens é a ausência de atividades culturais, oportunidades de lazer e de práticas esportivas. Os dados são impressionantes: dos quase 5,6 mil municípios brasileiros, 19% não têm biblioteca pública, 73% não têm museu, 75% não têm teatro. Surpreende que 83% não tenham cinema e que 12% dos jovens – 2 milhões de brasileiros entre 15 e 19 anos de idade – não estudem ou trabalhem. Neste cenário adverso, não bastam ações paternalistas ou doações caritativas. (...) Quem participa de ações no terceiro setor sabe que a cidadania não se constrói com atos isolados, mas a partir da prática consciente e voluntária de contribuir para que a sociedade brasileira se torne finalmente mais justa e solidária. (LOVATELLI, 2003)

De acordo com Tenório (1999, p. 11), “a maior novidade na história recente é a crescente intervenção da sociedade civil, que, de forma organizada, tenta ocupar espaços e propor que os aspectos sociais do desenvolvimento passem a primeiro plano”.

O seu rápido crescimento exigiu uma transformação profunda na estrutura do Terceiro Setor. Tornou-se, mais que nunca, necessária a profissionalização dos voluntários. Muitos frutos podem ser colhidos nesse novo movimento, em que a filantropia dá lugar ao compromisso e ao engajamento por parte dos colaboradores (NEVES, 2003).

### **3.3 - Trabalho voluntário**

O telejornal Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão transmitido para todo o país em 05/12/2003, Dia Internacional do Voluntariado, afirmou que existem no Brasil 24 milhões de trabalhadores voluntários sem citar a origem da informação. Trata-se de voluntariado que vem abandonando ações de assistência social fundamentado só em motivos pessoais, para uma atuação comprometida com uma causa e em prol da construção da cidadania. A nova cultura do voluntariado no Brasil é fruto do esforço para incentivar e apoiar o fortalecimento da sociedade civil, através de iniciativas ligadas à cidadania.

O povo brasileiro é conhecido como um dos mais solidários do mundo e o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* das nações com maior número de voluntários. Em primeiro lugar estão os Estados Unidos, onde metade da população ocupa cerca de cinco horas semanais com esse serviço. Estes dados foram apresentados pela presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, Milú Villela, no 2º Fórum Ibmec da Cidadania em março de 2001, ano proclamado em Assembléia Geral da ONU como o Ano Internacional do Voluntário. Provavelmente o percentual mencionado (50%) refere-se à população adulta.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas do Jornal Folha de São Paulo (DATAFOLHA, 2004) em setembro de 2001, quando foram entrevistados 2.830 brasileiros em 127 municípios de todas as unidades da Federação, apresentou, entre outros, os seguintes dados:

- 83% dos entrevistados indicaram que o trabalho voluntário é muito importante para o Brasil;
- 41% se dizem muito dispostos a trabalhar como voluntário e 34% um pouco dispostos a isso;
- 73% nunca participou de instituições ou campanhas como voluntários prestando serviços para a comunidade;
- 30% dos entrevistados não souberam responder, quando solicitados a dizer espontaneamente, o que entendem por voluntário;
- 49% dos entrevistados que já participaram de alguma instituição ou campanha e não participam mais, indicaram a falta de tempo para ter deixado de atuar como voluntário;
- 52% dos brasileiros que nunca participaram de alguma instituição ou campanha dizem que nunca tiveram vontade de fazê-lo (48% já tiveram vontade);
- A vontade de participar é mais forte entre os brasileiros com curso superior (67%), renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos (63%), que pertencem às classes A e B (60%), com idade entre 25 e 34 anos (57%), do sexo feminino, que moram na região sudeste e em cidades localizadas em regiões metropolitanas (53% em cada um desses segmentos);
- 69% dos entrevistados acham que os brasileiros, de uma maneira geral, fazem menos do que deveriam para ajudar os que precisam;
- Os brasileiros que se dizem nada dispostos a trabalhar como voluntário são, especialmente, os que têm 60 anos ou mais (44% deles) e pertencem às classes D ou E (25%), moram na região Nordeste e têm renda familiar superior a 20 salários mínimos mensais (24% em cada segmento).

Observa-se nos dados da pesquisa acima que a grande maioria dos entrevistados (83%) considera muito importante o trabalho voluntário para o Brasil, de modo que, devidamente estimulado, o cidadão brasileiro poderá se engajar em algum tipo de trabalho voluntário. Somados os percentuais dos entrevistados que se dizem dispostos a trabalhar como

voluntários, temos 75% dos entrevistados, o que também é um dado animador. Já o não conhecimento do que significa ser voluntário por praticamente um terço dos entrevistados (30%), revela a necessidade de maior divulgação do tema.

De acordo com o *The Bureau of Labor Statistics of the U. S. Department* (BLS, 2004) 63,8 milhões de pessoas fizeram trabalho voluntário para alguma organização nos Estados Unidos no período entre setembro de 2002 e setembro de 2003 (59,8 milhões no período anterior) e a *volunteer rate* - o percentual de pessoas com 16 anos ou mais que realizaram trabalho voluntário para uma organização, pelo menos uma vez nos 12 meses que antecederam a pesquisa, atingiu 28,8% (27,4% no período anterior).

Segundo o *Independent Sector* (IS, 2004), a percentagem da população adulta que realizou trabalho voluntário nos Estados Unidos em 1998 atingiu quase 56% - o maior percentual até então – e o número médio de horas semanais foi 3,5 h – inferior às 4,2 h de 1995. O trabalho voluntário formal (trabalho prestado a instituições) realizado pelos americanos em 1998 – total estimado de 15,8 bilhões de horas – equivale ao trabalho de 9,3 milhões de trabalhadores em tempo integral.

O estudo denominado *Eurovol 1994*, realizado na Europa em 1994 e 1995 com o intuito de aprimorar a base de dados sobre o voluntariado (ROY; ZIEMEKE, 2000), indicou que em oito países (Bélgica, Bulgária, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Irlanda, Eslováquia e Suécia) 27% da população realizou trabalho voluntário em 1994. Os percentuais variavam entre 12% (Eslováquia) e 38% (Holanda).

Segundo o *The Australian Bureau of Statistics* (ABS, 2004), pesquisa realizada em 2000 indicou que a *volunteer rate* na Austrália foi de 32%. Neste caso, a *volunteer rate* considera voluntários com idade a partir de 18 anos. A pesquisa excluiu o trabalho voluntário feito especificamente para os Jogos Olímpicos de 2000.

Cerca de 7,5 milhões de canadenses, ou 34,4% da população com mais de 15 anos de idade, realizaram trabalho voluntário entre 01/11/1996 e 31/10/1997 (HALL *et al*, 2000).

Pode-se entender o voluntário como o indivíduo que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade. De forma semelhante, pode-se considerar o voluntariado como a união de um grupo de pessoas solidárias, comprometidas e não remuneradas, em prol de uma causa comum.

Segundo o Programa Voluntários, do Conselho da Comunidade Solidária, “o voluntário é o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário”.

A importância do voluntariado pode ser avaliada pela informação de que em vários países desenvolvidos o voluntariado gera mais de 5% do Produto Interno Bruto em bens e serviços sociais (KLIKSBERG, 2003). Em alguns casos, onde o trabalho voluntário foi estudado empiricamente, estima-se que a sua contribuição representa entre 8% e 14% do PIB.

### **3.3.1 - História do voluntariado no Brasil<sup>1</sup>**

A primeira referência histórica ao trabalho voluntário no Brasil data do início do século XVI, mais precisamente 1543, com a fundação da Santa Casa da Misericórdia, na então vila de Santos, Capitania de São Vicente. Nos séculos XVII e XVIII a maioria das entidades filantrópicas era ligada à Igreja Católica. No século XIX o trabalho voluntário esteve associado com a idéia da benemerência. As famílias mais abastadas e conscientes das questões sociais costumavam distribuir excedentes entre os necessitados.

O “voluntariado da beneficência” era incipiente, moralizador, predominantemente feminino, e baseado em sólidos, porém rigorosos valores morais. A presença do Estado, assim como a ação social da Igreja, sempre esteve atrelada ao trabalho assistencial no Brasil, e passa a ser mais significativa a partir de 1930. Na política centralizadora de Getúlio Vargas o Estado passou a ser o maior provedor de recursos à área social.

Acompanhando o processo implementado de fortalecimento do Estado surge, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada para coordenar a política de assistência social realizada no país. A direção da LBA, por força de seu estatuto, era ocupada pela primeira dama do país. O controle do voluntariado pelo Estado mostrou-se ineficaz e, em várias situações, ligado a interesses particulares. A partir de 1964 o Estado modifica a sua forma de atuar na área social, destinando mais recursos para o financiamento de organizações privadas (hospitais, escolas, etc.).

---

<sup>1</sup> A ONG RIOVOLUNTÁRIO apresenta em seu material de apoio (folhetos etc.) para capacitação de instituições, uma breve história do voluntariado no Brasil, que serve de base para o texto a seguir.

Na década de 1970, parcelas mais ativas do voluntariado identificam-se com a crescente atividade político-partidária e o movimento participa do grande debate ideológico que se trava na ocasião.

A partir da metade da década de 1980, sob forte influência do neoliberalismo vigente, os financiamentos para a assistência social tornam-se escassos e a diminuição da presença do Estado nas ações de cunho social faz surgir um voluntariado de conquistas concretas que visam a combater os efeitos emergenciais, porém sem alcançar as causas da desigualdade social.

Na década de 1990, em um contexto de extrema carência de recursos para a área social, surgem inúmeras ONGs que buscam diferentes parcerias, em especial com o setor privado. Destaca-se a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, articulada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, falecido em 1997. A Campanha do Betinho, como ficou conhecida, começou em 1993, com o objetivo de combater a fome. Em sete meses já havia cerca de 3.000 comitês em todo o Brasil, com o engajamento de 30 mil voluntários na campanha, responsáveis pela arrecadação e distribuição de 500 mil toneladas de alimentos.

Na segunda metade da década de 1990 destacam-se a criação do Conselho da Comunidade Solidária em 1995 e a promulgação da Lei do Serviço Voluntário em 18 de setembro de 1998 (Anexo C), que dispõe sobre as condições do exercício do trabalho voluntário e estabelece um termo de adesão que regulamenta o vínculo do trabalhador voluntário com a organização.

### **3.3.2 - Importância do trabalho voluntário**

Embora reconhecida a importância do voluntariado como expressão da participação de toda a sociedade na solução dos seus problemas, pode ocorrer uma identificação preconceituosa do voluntariado como um passatempo e não como um trabalho, assim como uma associação do trabalhador voluntário com pessoas desocupadas e sem especialização.

Para Corullón (1999), pelo contrário, o voluntariado é ferramenta indispensável na construção de um futuro menos injusto, com mais oportunidades para todos, além de ser grande aliado para a solução de questões sociais como a pobreza e a exclusão social. Diversas iniciativas têm surgido para revitalizar e valorizar o conceito de voluntário e para auxiliar na criação de condições que permitam a implantação e disseminação de uma nova cultura de voluntariado, comprometida com a efetiva melhoria da qualidade de vida. A ação

dos programas de voluntários, no entanto, não dispensa o poder público de suas responsabilidades.

Ainda segundo Corullón (1999), o interesse em ações do voluntariado pode se dar em função de motivações pessoais ou sociais. No primeiro caso, trata-se de resposta a uma inquietação interior levada à prática, enquanto no segundo, a tomada de consciência dos problemas sociais leva ao comprometimento com uma causa. Mais ainda, a doação do voluntário está vinculada ao sistema de crenças e valores morais dos indivíduos, especialmente daqueles com tradição e prática religiosas. As pessoas podem se dedicar a atividades socialmente úteis com o intuito de retribuir à sociedade o que adquiriu ao longo da vida, ou apenas para ocupar o tempo, às vezes produto do desemprego.

Para aquele que está procurando emprego, o fato de ser voluntário permite que mantenha a sua auto-estima elevada, além de proporcionar um sentimento de utilidade à sociedade. Possibilita desenvolver e aprimorar suas habilidades, descobrir outros talentos e ampliar o círculo de suas relações, o que pode gerar ganhos na carreira profissional.

Além da oportunidade de participar da luta por uma causa na qual acredita, o voluntário busca sentir-se realizado no que faz, acreditando que a sua ação pessoal pode transformar a realidade. Diferentemente do militante, que luta para organizar uma ação coletiva que resolva ou transforme situações estruturais da sociedade. O voluntário faz por si próprio e julga que o pouco que faz é muito, visto sob o ângulo das possibilidades de cada um.

A atuação do voluntário pressupõe consciência, tolerância, respeito, solidariedade, trabalho em equipe, desejo de mudança e contribui para moldar a definição da realidade, influenciando ideologias, perspectivas e pontos de vista. Por meio da mobilização de grupos motivados, o voluntariado desafia preconceitos estabelecidos e é capaz de engendrar grandes mudanças.

A participação em atividades voluntárias possibilita que as pessoas encontrem espaço para o seu crescimento pessoal, para a auto-realização. Talentos e habilidades potenciais são revelados na ação voluntária, permitindo agregar valor à atividade profissional e rotineira.

Por último, os voluntários representam um recurso disponível para ser empregado em situações de emergência, quando as instituições se revelam incapazes de atender às demandas apresentadas nas crises. Trata-se de reservatório de energia em potencial pronto para ser mobilizado em prol do bem comum.

### 3.3.3 - O voluntário e a instituição

Ter ou não ter um programa para voluntários deve ser uma decisão consciente, alerta Ellis (1996). Só deve ser tomada se houver a convicção de que os voluntários vão fazer a diferença tanto na qualidade e quantidade dos resultados, como na dinâmica da própria instituição. Também é importante que a instituição esteja preparada para receber e reconhecer as contribuições dos voluntários.

Algumas instituições podem simplesmente não querer voluntários. Além disto, é possível que algumas organizações não se interessem pelo voluntariado por má informação ou preconceito e só valorizem a cooperação em forma de doações em dinheiro, equipamentos ou alimentos. Daí a necessidade dos dirigentes e coordenadores de voluntários avaliarem, freqüentemente, se a organização está interessada em ter um quadro de voluntários, até mesmo naquelas que já trabalham com voluntariado. É necessário ter clareza sobre a missão de cada organização e o tipo de voluntário que ela precisa.

Ainda segundo Ellis (1996), é um equívoco julgar que o voluntário é mão de obra barata. Não tem sentido pensar em voluntários para suprir uma eventual falta de recursos e menos ainda para baratear custos. Também não seria apropriado recusar voluntários porque os recursos são fartos e não há restrições para se contratar profissionais remunerados. Os voluntários agregam valor às organizações e têm mais credibilidade porque não recebem pelo seu trabalho. Como não têm interesse em salário ou lucro, os voluntários são considerados mais engajados e sinceros por doadores, financiadores, autoridades, lideranças comunitárias, beneficiários e pelo público. Em um hospital, por exemplo, o paciente gosta mais quando recebe assistência de um voluntário. O motivo é que o voluntário faz com prazer algo que escolheu e considera importante, enquanto que o funcionário assalariado pode estar apenas cumprindo uma obrigação.

Os voluntários fazem parte da instituição, estão comprometidos com ela e, ao mesmo tempo, representam o público externo. Como doam apenas algumas horas do seu tempo, conseguem se sentir como membros da instituição e, ao mesmo tempo, podem vê-la e julgá-la como alguém de fora.

Comparados aos trabalhadores remunerados, eles têm mais liberdade para criticar o trabalho e mais possibilidades de experimentar novos métodos e novas idéias. Os voluntários são valiosos como formuladores de políticas e a sua presença nos conselhos é altamente recomendada.

Os voluntários compartilham suas relações. Ao aceitar um voluntário, a instituição passa a ter acesso às pessoas e organizações das suas relações pessoais e profissionais e assim pode se posicionar melhor na comunidade. Por não ser trabalhador remunerado, o voluntário é bem visto pela imprensa, consegue negociar parcerias, promover a instituição junto a empresários, entidades e outros interlocutores. Os Anexos D e E mostram, segundo o Projeto Águia da Federação das APAEs, aspectos a serem contemplados em um programa básico de captação de voluntários e os fatores que contribuem para manter a motivação do voluntário, respectivamente.

### **3.4 - Cidadania**

De acordo com Pinsky (2003, p. 9) ser cidadão é ter direitos civis como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Exercer a cidadania plena, por sua vez, é ter direitos civis, políticos e sociais.

#### **3.4.1 - Direitos e deveres da cidadania**

Segundo Dalari (2003), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

A cidadania está ligada a temas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética.

Com o passar do tempo os conceitos mudam na história da humanidade. Se para os gregos ser cidadão era ser habitante da cidade, hoje, ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta as melhores condições para cada um e para todos, de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade. É também poder ter acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio equilibrado com o meio ambiente, respeitar o outro, suas escolhas, seu credo, sua condição e opção sexual, política e filosófica.

A cidadania é uma condição política de direitos e obrigações frente ao coletivo e às pessoas com as quais se convive.

Multiplicam-se os estudos sobre aspectos específicos do tema como a cidadania ativa (Maria Victória de Mesquita Benevides), a cidadania regulada — já chamada “estadania” —

(Wanderley Guilherme dos Santos), “a geografização da cidadania” (Milton Santos), a cidadania urbana e rural, a cidadania dos trabalhadores etc.

Para as teorias durkheimianas, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica um aspecto importante. Em decorrência desta concepção, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem a assim denominada sociedade civil.

(...) é importante assinalar que os direitos da cidadania são, ao mesmo tempo, deveres. Pode parecer estranho dizer que uma pessoa tem o dever de exercer os seus direitos, porque isso dá a impressão de que tais direitos são convertidos em obrigações. Mas a natureza associativa da pessoa humana, a solidariedade natural característica da humanidade, a fraqueza dos indivíduos isolados quando devem enfrentar o Estado ou grupos sociais poderosos são fatores que tornam necessária a participação de todos nas atividades sociais. (...) Tudo isso torna imprescindível que os cidadãos exerçam seus direitos de cidadania (DALARI, 2003).

### **3.4.2 - A cidadania no tempo**

Segundo Carvalho (2001), a palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. A sociedade romana fazia discriminações e separava as pessoas por classes sociais. Havia, em primeiro lugar, os romanos e os estrangeiros, mas os romanos não eram considerados todos iguais, existindo várias categorias. Em relação à liberdade das pessoas era feita a diferenciação entre livres e escravos, mas entre os que eram livres também havia a distinção entre os patrícios – membros das famílias mais importantes que tinham participado da fundação de Roma e por isso considerados nobres – e os plebeus – pessoas comuns que não tinham o direito de ocupar todos os cargos políticos. Mais tarde foram criadas categorias intermediárias, para que alguns plebeus tivessem acesso aos cargos mais importantes.

Os romanos estabeleceram uma distinção para si próprios quanto à possibilidade de sua participação em atividades políticas e administrativas. Os romanos livres tinham cidadania: eram, portanto, cidadãos, mas nem todos podiam ocupar os cargos políticos, como o de senador ou de magistrado, nem os mais altos cargos administrativos. Fazia-se uma distinção entre cidadania e cidadania ativa. Só os cidadãos ativos tinham o direito de participar das atividades políticas e de ocupar os mais altos postos da Administração Pública. Vale observar que as mulheres não tinham a cidadania ativa e por esse motivo nunca houve mulheres no Senado, nem nas magistraturas romanas.

Nos séculos XVII e XVIII, havia também a divisão da sociedade em classes, lembrando a antiga divisão romana. Os nobres, proprietários de grandes extensões de terra, gozavam de muitos privilégios, além de não pagar impostos e ocupar os cargos políticos mais importantes. Ao seu lado estavam as pessoas chamadas comuns, e entre estas havia grande diferença entre os que eram ricos, que compunham a burguesia, e os que viviam de seu trabalho, no campo ou na cidade.

Já não suportando as arbitrariedades e injustiças praticadas pelos reis absolutistas e pela nobreza, os burgueses e os trabalhadores uniram-se todos contra os nobres, e fizeram uma série de revoluções, conhecidas como revoluções burguesas. Assim ocorreu na Inglaterra, nos anos 1688 e 1689, quando o rei perdeu os seus poderes e o Parlamento passou a ser dominado pelos burgueses. Por sua vez, os nobres, conhecidos como lordes, foram relegados ao segundo plano.

Nessa época a Inglaterra tinha 13 colônias na América do Norte. Influenciadas pelo que acontecia na Inglaterra, as pessoas mais ricas dessas colônias, incluindo os proprietários de terras e os grandes comerciantes, promoveram uma revolução no século seguinte. Em 1776 foi proclamada a independência das colônias. Alguns anos mais tarde, em 1787, resolveram unir-se e criaram um novo Estado, que recebeu o nome de Estados Unidos da América.

Dois anos depois, em 1789, a Revolução Francesa influenciou para que grande parte do mundo adotasse um novo modelo de sociedade. Nasceu então a moderna concepção de cidadania, que surgiu para afirmar a eliminação de privilégios, mas que, pouco depois, foi utilizada exatamente para garantir a superioridade de novos privilegiados. A tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, passou a ser comemorada como o dia da Revolução Francesa, mas a revolução se caracterizou por um conjunto de fatos que teve início bem antes daquela data.

Uma das inovações importantes, ocorrida algumas décadas antes, foi justamente o uso das palavras cidadão e cidadã, para simbolizar a igualdade de todos. Vários escritores políticos vinham defendendo a idéia de que todos os seres vivos nascem livres e são iguais, devendo ter os mesmos direitos. Isso foi defendido pelos burgueses, que desejavam ter o direito de participar do governo, para não ficarem mais sujeitos a regras que só convinham ao rei e aos nobres. O povo que trabalhava, que vivia de salários e que dependia dos mais ricos, também queria reconhecimento da igualdade, na esperança de também participar do governo e viver sob leis mais justas.

A luta pela cidadania buscava alcançar para todos os mesmos direitos de participar do governo, não havendo mais diferença entre nobres e não-nobres nem entre ricos e pobres ou entre homens e mulheres.

No ano de 1791 os líderes da Revolução Francesa, reunidos em assembléia, aprovaram a primeira Constituição francesa e aí já estabeleceram regras que deformavam completamente a idéia de cidadania. Recuperando a antiga diferenciação romana entre cidadania e cidadania ativa, os membros da assembléia e os legisladores que vieram depois estabeleceram que, para ter participação na vida política, votando e recebendo mandato e ocupando cargos elevados na administração pública, não bastava ser cidadão. Estabeleceram que para ter a cidadania ativa eram necessários certos requisitos.

A partir daí a cidadania continuou a indicar o conjunto de pessoas com direito de participação política, falando-se nos “direitos da cidadania” para indicar os direitos que permitem participar do governo ou influir sobre ele, o direito de votar e ser votado, bem como o direito de ocupar os cargos públicos considerados mais importantes. A cidadania, no entanto, deixou de ser um símbolo de igualdade de todos e a derrubada dos privilégios da nobreza deu lugar ao aparecimento de uma nova classe de privilegiados.

A Constituição francesa de 1791, elaborada pouco depois da Declaração de Direitos de 1789, manteve a monarquia, o que já significava um privilégio para uma família. Além disso, contrariando a afirmação de igualdade de todos, estabeleceu que somente os cidadãos ativos poderiam ser eleitos para a Assembléia Nacional. Ficou sendo também um privilégio dos cidadãos ativos o direito de votar para escolher os membros da Assembléia. E para ser cidadão ativo era preciso ser francês, do sexo masculino, ser proprietário de bens imóveis e ter uma renda mínima anual elevada.

A luta para que a cidadania seja, realmente, expressão dos direitos de todos e não privilégio dos setores mais favorecidos da sociedade prossegue em todo o planeta.

### **3.4.3 - A cidadania no Brasil**

No dizer de Carvalho (2001), uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, talvez não passe de um ideal inatingível, entendendo cidadania plena como a titularidade de direitos civis, políticos e sociais.

A Cidadania apresenta-se em várias dimensões. A forma como ela se desenvolveu na Inglaterra serve como ilustração a respeito dessas diferentes dimensões. Primeiro vieram os

direitos civis no século XVIII, em seguida os direitos políticos no século XIX, e finalmente os direitos sociais foram conquistados no século XX. O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico.

O Brasil enfatiza o direito social em relação aos outros e, realmente, no nosso caso o direito social precedeu os outros. Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização os portugueses haviam construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não era possível admitir que havia cidadãos brasileiros e apenas um esboço da pátria que estaria por vir estava presente.

À época da independência, o Brasil era influenciado pelas idéias republicanas oriundas da América do Norte e pelas idéias monárquicas oriundas da Europa. A Constituição outorgada em 1824, que regeu o país até o fim da monarquia, combinando idéias de constituições européias, como a francesa de 1791 e a espanhola de 1812, estabeleceu os três poderes tradicionais, o Executivo, o Legislativo (dividido em Câmara e Senado) e o Judiciário. Ainda sob influência do absolutismo, criou um quarto poder privativo do imperador, chamado de Moderador.

Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população. No Rio de Janeiro, capital do país com mais de 500.000 habitantes, votaram apenas 7.857 pessoas, representando 1,3% da população. Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não trouxe grandes mudanças: foi introduzida a federação, de acordo com o modelo dos Estados Unidos, e os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população.

A herança colonial foi mais forte na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, a grande propriedade rural – fechada à ação da lei – e um Estado comprometido com o poder privado.

A Inglaterra exigiu, como parte do preço do reconhecimento da independência, a assinatura de um tratado que incluía a proibição do tráfico de escravos. O tratado foi ratificado em 1827, e em obediência às suas exigências foi votada em 1831 uma lei, sem efeito prático, que considerava o tráfico como pirataria. Daí a expressão “para inglês ver”, significando

promessa que não é colocada em prática. Na década de 1840, quando da renovação do tratado de 1827, a Inglaterra voltou a pressionar e apreendeu navios dentro das águas territoriais brasileiras. Somente após a invasão de portos brasileiros pela Marinha inglesa em 1850, o governo brasileiro decidiu interromper o tráfico de maneira efetiva. Estima-se que desde o início do tráfico até 1850, tenham entrado no Brasil 4 milhões de escravos.

O outro grande obstáculo à expansão da cidadania, herdado da Colônia, era a grande propriedade rural. Até 1930, o Brasil ainda era um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades de 20.000 habitantes ou mais.

O surgimento de uma classe operária urbana deveria significar a possibilidade de formação de cidadãos mais ativos. No período entre 1884 e 1920, entraram no Brasil cerca de três milhões de imigrantes, sobretudo italianos que se dirigiram para São Paulo. Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um grande avanço, sobretudo no que se refere aos direitos civis. Entretanto, os poucos direitos civis conquistados não puderam ser postos a serviço dos direitos políticos. Predominaram, de um lado, a total rejeição do Estado, proposta pelos anarquistas, e de outro, a estreita cooperação defendida pelos “amarelos” – setores operários menos agressivos e mais próximos ao governo.

Com direitos civis e políticos tão precários, seria difícil falar em direitos sociais. A assistência social estava quase exclusivamente nas mãos de associações particulares; irmandades religiosas oriundas da época colonial, sociedades de auxílio mútuo – versão leiga das irmandades e antecessoras dos modernos sindicatos – e as santas casas da misericórdia – instituições privadas de caridade voltadas para o atendimento aos pobres.

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. Em 3 de outubro daquele ano, o presidente Washington Luís foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir, veio uma vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social, embora a legislação tenha sido introduzida em ambiente de pouca ou nenhuma participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este fato, e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais, tornaram duvidosa a sua definição como

conquista democrática e comprometeram em parte a sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa.

Como em 1937, o rápido aumento da participação política levou em 1964 à imposição de mais um regime ditatorial em que os direitos políticos e civis foram restringidos pela violência. Ao mesmo tempo em que cerceavam os direitos políticos e civis, os governos militares investiam na expansão dos direitos sociais. Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que acabava com os IAPs e unificava o sistema, com exceção do funcionalismo público, civil e militar. Os sindicatos perderam a influência sobre a previdência, que passou a ser controlada diretamente pela burocracia estatal. Em 1971, durante o ponto alto da repressão, no governo Médici, foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural), que efetivamente incluía os trabalhadores rurais na previdência.

Dentre as inovações no campo social estão incluídas a incorporação das empregadas domésticas e trabalhadores autônomos à previdência, o fim da estabilidade no emprego e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – pago pelos empresários e retirado pelos empregados em caso de demissão –, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), cuja finalidade era facilitar a compra de casa própria aos trabalhadores de menor renda. Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social.

A forte urbanização nas últimas décadas favoreceu os direitos políticos, mas levou à formação de metrópoles com grande concentração de populações marginalizadas. A expansão do tráfico de drogas em anos recentes e o surgimento do crime organizado aumentaram a violência urbana e pioraram ainda mais a situação das populações faveladas.

A constituição de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isto o nome de Constituição Cidadã. Em 1989 houve a primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, além do agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.

A constituição de 1988 ampliou também os direitos sociais. Fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência. Introduziu ainda a licença-paternidade, que dá aos pais cinco dias de licença do trabalho por ocasião do nascimento dos

filhos. Foi revogado o critério de tempo de serviço, que permitia aposentadorias muito precoces, substituído por uma combinação de tempo de contribuição e idade mínima, e foram eliminados os regimes especiais que permitiam aposentadorias com menor tempo de contribuição. Definiu também o racismo como crime inafiançável e imprescritível e a tortura como crime inafiançável e não-anistiável.

Os progressos feitos são inegáveis, mas ainda existe um longo caminho a percorrer. Não há um só caminho para a cidadania, e dentro da própria Europa houve percursos distintos, como demonstram os casos da Inglaterra, da França e da Alemanha. Mas, é razoável supor que caminhos diferentes afetem o produto final, afetem o tipo de cidadão, e, portanto, o tipo de democracia gerada. Isto é particularmente verdadeiro quando a inversão da seqüência é completa, quando os direitos sociais tornam-se a base da pirâmide. Uma consequência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo e a busca por um messias político. Pelo menos três dos presidentes eleitos pelo voto popular após 1945 no Brasil – Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor – possuíam traços messiânicos. Sintomaticamente, nenhum deles terminou o mandato, em boa parte por não se conformarem com as regras do governo representativo, sobretudo com o papel do Congresso.

O pensamento liberal renovado volta a insistir na importância do mercado como mecanismo auto-regulador da vida econômica e social e, como consequência, na redução do papel do Estado. Para esse pensamento, o intervencionismo estatal foi um período infeliz na história iniciado em 1929, em decorrência da crise das bolsas, e terminado em 1989 após a queda do Muro de Berlim. Nessa visão, o cidadão se torna cada vez mais um consumidor, afastado de preocupações com a política e com os problemas coletivos. Não seria sensato reduzir o tradicional papel do Estado da maneira radical proposta pelo liberalismo. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si, e sim contra o Estado clientelista, corporativo e colonizado.

Experiências recentes sugerem otimismo ao apontarem na direção da colaboração entre sociedade e Estado. Trata-se do surgimento das organizações não-governamentais que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. Essas organizações se multiplicaram a partir dos anos finais da ditadura, substituindo aos poucos os movimentos sociais urbanos. Da colaboração entre elas e os governos municipais, estaduais e federal, têm resultado experiências inovadoras no encaminhamento e na solução de problemas sociais, sobretudo nas áreas de educação e direitos civis.

Precisamos lutar permanentemente em defesa dos direitos das pessoas, dos grupos minoritários, das mulheres, das etnias que têm sido historicamente prejudicadas, bem como em defesa da imensa maioria de trabalhadores pobres, que constituem a população brasileira (...) em defesa do direito de todos e de cada um de pensar e expressar seu pensamento, de praticar sua religião, de atuar politicamente de acordo com suas convicções, de se deslocar, mas também de ter assegurada a sua subsistência (...) criar condições nas quais todos possam ter assistência eficiente e gratuita por parte de um sistema de saúde pública de qualidade (...) criar condições nas quais todos tenham acesso, paritariamente, a um ensino de qualidade. E tenham acesso a fontes diversas de informações. (KONDER, 2003)

### 3.5 - Ética

O estudo do trabalho voluntário como um dos instrumentos que busca alcançar o bem-estar social, não deve prescindir de uma abordagem das questões morais e éticas envolvidas.

Segundo Thiry-Cherques (2002) a moral é o conjunto de crenças aceitas por uma cultura acerca do que se deve e do que não se deve fazer, e ética é a ciência que tem por objeto as idéias morais filosoficamente justificadas.

Segundo Bobbio (2002, p. 29),

entre os antigos boa parte da ética se resolvia num tratado sobre as virtudes. É o caso de *Ética a Nicômacos*, de Aristóteles, que por séculos serviu como modelo. (...) Hoje, seja no plano analítico, seja no propositivo, os filósofos morais discutem a respeito de valores e opções, de sua maior ou menor racionalidade, bem como a respeito de regras e normas e, conseqüentemente, de direitos e deveres.

O exame destas questões deve ocorrer à luz das principais correntes de pensamento no campo da ética, a saber: ética do dever, utilitarismo ético e relativismo ético.

#### 3.5.1 - Ética do dever

A ética do dever tem em Immanuel Kant (1724--1804) a sua expressão máxima. Segundo essa corrente de pensamento, a ação moral deriva do dever moral e este da razão e não das circunstâncias. Não há como escapar do dever moral, e o que força o ser humano a agir por dever é a própria razão, comum a todos. O cumprimento do dever se realiza mediante a imposição da vontade inteligível sobre a sensibilidade. A escolha do agir deve ser de tal modo que a humanidade seja usada, tanto na pessoa de quem age como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim, nunca como um meio. A ação deve ser de tal forma que possa o ser humano olhar a si próprio como um legislador universal. Para Kant, a necessidade prática de agirmos conforme o princípio do dever, não tem seu

fundamento em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim exclusivamente no relacionamento recíproco entre os seres racionais.

No relacionamento entre seres racionais, entre aqueles que em outras palavras escolhem a si mesmos e determinam seus escopos, a razão obriga a respeitar a essência deles, a respeitar a liberdade de escolha deles. Disto decorre a segunda formulação do imperativo moral kantiano, de nunca tratar os outros simplesmente como meios, mas sempre também como fins. Trate-os, em outras palavras, como eles tratam a si mesmos (ALBERONI; VECA, 1992, p. 49).

Uma ação só é moral quando podemos justificá-la com base em um princípio, uma regra, um imperativo universal, que valha para todos, sem que isto leve a uma contradição. A ética de Kant é eminentemente uma ética do dever, e de modo específico do dever interno, distinto do dever externo, de que se ocupa a doutrina do direito. A virtude é aí definida como a força de vontade necessária para o cumprimento do próprio dever, como a força moral de que o homem necessita para combater os vícios que se opõem, como obstáculos, ao cumprimento do dever.

Bobbio (2000) comenta a abordagem weberiana da distinção entre ética da convicção e ética da responsabilidade. A primeira está apoiada em algo que antecede à razão, um princípio, uma norma. A segunda se serve de algo que vem depois, isto é, do resultado, do alcance, para dar um juízo positivo ou negativo de uma ação. Popularmente, estas duas éticas podem ser chamadas de ética dos princípios e ética dos resultados. Na história da filosofia moral, a elas correspondem, de um lado, as morais deontológicas, como a kantiana, e, de outro lado, as morais teleológicas, como a utilitarista, hoje prevalecente.

### **3.5.2 - Utilitarismo ético**

O Utilitarismo desenvolve-se na Inglaterra, com a obra de Jeremy Bentham (1748–1832) e consolida-se com o pensamento de John Stuart Mill (1806–1873). Erroneamente, o termo utilitarismo é confundido com uma filosofia em que cada um se preocupa somente com o seu próprio ganho. Na verdade, o significado do termo decorre da utilidade não em relação a nós mesmos, mas em relação aos outros; a maior utilidade possível para o maior número de pessoas. Cada um de nós, como indivíduo, possui um conjunto mais ou menos coerente de projetos, e a realização destes projetos representa a sua utilidade ou felicidade.

Para Alberoni e Veca (1992, p. 38), “(...) o útil de que trata o utilitarismo não é o proveito pessoa, mas sim o de todos, a maior utilidade possível para o maior número possível de pessoas. Em resumo, a utilidade, o proveito de todos.”

Bentham constrói uma ética normativa – conjunto de regras que deve guiar a nossa conduta individual e coletiva – a partir do princípio de que a chave do eticamente correto, é o prazer, a satisfação dos desejos de todos, ou pelo menos da maioria.

Em qualquer de suas correntes e derivações, o utilitarismo é um critério de escolha racional que pretende nos ajudar a superar a dicotomia egoísmo / altruísmo, referindo-se sempre, ao maior número ideal, a uma totalidade. Qualquer que seja a sua vertente, o lema do utilitarismo é o mesmo: o moralmente correto é o que proporciona o maior bem (a maior felicidade, o maior prazer) para o maior número possível de pessoas. O corolário é que uma ação será tanto mais eticamente incorreta se as suas conseqüências gerarem mais dor (infelicidade, sofrimento) do que bem (THIRTY-CHERQUES, 2002, p. 13).

No que se refere ao julgamento moral dos atos nas organizações, o utilitarismo determina que cada diretriz econômica ou administrativa oriente ações que resultem em benevolência nos estágios sócio-econômicos subsequentes.

A postura e a ação altruísta das organizações nada mais é do que a garantia realista de sua sobrevivência. De forma que, para analisar a moralidade de uma decisão gerencial, primeiro devemos avaliar os vários cursos de ação disponíveis. Em seguida, quem será afetado por essa ação e quanto de bem ou mal ela pode causar. E, finalmente, escolher o curso de ação que irá produzir o maior bem para o maior número possível de pessoas dentro e fora da organização (THIRTY-CHERQUES, 2002, p.17).

### **3.5.3 - Relativismo ético**

O relativismo ético é a concepção segundo a qual não é possível estabelecer que um princípio ético é melhor do que outro. Sustenta, portanto, que não é possível encontrar fundamentos definitivos para julgamentos morais. Não há princípio moral universal. Nenhuma prática moral é adotada universalmente.

É possível distinguir cinco critérios fundamentais de justificação das normas morais. Estes critérios exigem necessariamente que não consideremos a norma moral como algo absoluto, sobre-humano ou intemporal, que existe em si ou por si, mas como um produto humano que somente existe, vale e se justifica como nexos de relações. A consideração da norma nestas diversas relações dá lugar aos critérios de justificação social, prática, lógica, científica e dialética da sua validade; critérios que, por sua vez, também estão mutuamente relacionados.

Do ponto de vista da justificação social, a norma tende a regular o comportamento dos indivíduos de acordo com a necessidade e o interesse de determinada comunidade, e, por conseguinte, justifica-se na medida em que está de acordo com eles.

Quanto à justificação prática, uma norma moral só se justifica quando se verificam as condições reais para que sua aplicação não se oponha às necessidades sociais da comunidade.

Quanto à justificativa lógica, uma norma se justifica logicamente se demonstra a sua coerência e não contraditoriedade com respeito às demais normas do código moral do qual faz parte.

Do ponto de vista da justificativa científica, dado o nível de conhecimento alcançado pela sociedade, uma norma moral se justifica cientificamente somente se baseada nesses conhecimentos ou se compatível com os mesmos.

Finalmente, quanto à justificativa dialética, uma norma moral se justifica dialeticamente quando contém aspectos ou elementos que, no processo ascensional moral, se integram em um novo nível numa moral superior.

A relatividade da moral não acarreta necessariamente um relativismo, dado que nem todas as morais se encontram no mesmo plano, porque nem todas – consideradas historicamente como etapas ou elementos de um processo ascensional, progressivo – têm a mesma validade. O que, afinal, quer dizer: todas as normas, os códigos ou as morais efetivadas são relativas a algo, e, por isto, podem ser justificadas pelos critérios social, prático, e lógico; mas, ao colocar umas em relação com as outras, como elementos de um processo histórico-moral, nem todas estas relações ou relatividades têm o mesmo alcance do ponto de vista do progresso moral. E disto decorre a necessidade de justificá-las dialeticamente (VAZQUES, 1998, p. 233).

### **3.6 - Amor**

Vários são os significados que se atribui ao amor, e parece razoável recorrer aos pensadores que ao longo da tradição ocidental dedicaram parte do tempo de suas investigações ao tema, com o intuito de melhor compreender tais significados.

A palavra amor apresenta diversos significados na linguagem comum, assim como na tradição filosófica. Na primeira, o amor refere-se a relações intersexuais quando acompanhadas de afeto; relações interpessoais, como entre amigos, parentes, cônjuges; coisas ou objetos inanimados, como livros, dinheiro, etc.; objetos ideais, como justiça, glória, etc.; atividades ou formas de vida, como trabalho, luxo, etc.; a comunidade ou entes coletivos, como a pátria, o partido, etc. e, por fim, ao próximo ou a Deus. Destes significados, alguns carecem de exatidão, pois podem ser expressos de melhor forma por outras palavras. Destacam-se, no entanto, como próprias e irreduzíveis, as acepções do amor intersexual; do amor nas relações interpessoais, do amor à comunidade ou entes coletivos e do amor ao próximo ou a Deus. Percebem-se afinidades nestes significados, tais como um tipo específico de relação humana caracterizada pela solidariedade, ausência do desejo de posse e a especificidade do caráter de solidariedade e concórdia presentes em cada forma de amor (ABBAGNANO, 1982, p. 36).

Abbagnano (1982) percorre o pensamento de vários pensadores que incluíram o amor entre os temas de suas investigações:

➤ Aristóteles

Afirma que Hesíodo e Parmênides foram os primeiros a sugerir que o amor é a força que move as coisas, as conduz e as mantém juntas. Reconhece no amor a necessidade, a imperfeição e a deficiência e afirma que o amor ou é o ato sexual, ou é o afeto entre pessoas de alguma forma unidas por uma relação solidária, ou é amizade. Deus, como primeiro motor, move as coisas como objeto de amor, isto é, como termo do desejo que as coisas têm de alcançar a sua perfeição.

➤ Platão

O amor é insuficiência, necessidade e desejo de adquirir e de conquistar; desejo do bem, uma vez que anúncio e aparência do bem; desejo de vencer a morte, presente no instinto de gerar. Tantas são as formas de amor quantas são as formas do belo, da beleza sensível à beleza da sabedoria.

➤ Santo Agostinho

Além de moral e religioso, o amor torna-se um conceito teológico a partir da identificação do Espírito Santo com o amor (Deus Pai é o Ser enquanto Deus Filho é a Verdade). O amor deve estender-se ao “próximo”, de forma que o homem não pode amar a Deus, que é o amor, se não ama o outro homem. O amor fraterno entre os homens, segundo Santo Agostinho, não só deriva de Deus, mas é o próprio Deus.

➤ São Tomás

O amor natural é uma inclinação posta por Deus nos seres criados, enquanto que o amor intelectual, que é caridade e virtude, aperfeiçoa-o. O amor pertence à vontade de Deus e a constitui. O amor de Deus, no entanto, é diferente do amor humano porque, enquanto este último não cria a bondade das coisas, mas a encontra no objeto pelo qual é suscitado, o amor de Deus infunde e cria a bondade nas próprias coisas.

➤ Descartes

O amor é uma emoção da alma produzida pelos movimentos dos espíritos vitais que a incita a unir-se voluntariamente aos objetos que lhe parecem convenientes. O amor, segundo Descartes, difere do desejo, que é dirigido para o futuro, pois permite que nos consideremos imediatamente unidos com o que amamos, de modo que imaginemos um todo de que sejamos só uma parte e do qual a coisa amada é a outra parte.

➤ Leibniz

Exprime a noção predominante no século XVIII, na qual o amor acha-se ligado à benevolência, conforme Aristóteles havia manifestado a propósito da amizade. Quando se ama sinceramente uma pessoa se procura o próprio prazer na satisfação e felicidade dessa pessoa.

➤ Kant

O amor sensível ou “patológico” distingue-se do amor “prático”, isto é, moral, ordenado pela máxima cristã “Ama a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”. O amor a Deus, como inclinação, diz Kant, é impossível porque Deus não é um objeto dos sentidos. E um semelhante amor aos homens é, de fato, possível, mas não pode ser ordenado, porque não está em poder de ninguém amar o outro somente por preceito. A máxima cristã vem a ser uma aspiração ao amor prático, sem que ele seja alcançável da parte dos seres finitos. Trata-se, na opinião de Kant, do exemplo que devemos procurar aproximar-nos com um progresso ininterrupto e infinito.

➤ Espinoza

O amor, como todas as outras emoções, é uma afecção da alma e consiste na alegria acompanhada pela idéia de uma causa externa. Segundo este conceito Deus não ama ninguém, pois não está sujeito a nenhuma afecção. Porém, há o amor intelectual de Deus que é a visão de todas as coisas na sua ordem necessária enquanto derivam da própria essência de Deus. Este é o único amor eterno e é aquele com que Deus ama a si mesmo. Resulta, diz

Espinoza, que Deus, enquanto ama a si mesmo, ama os homens e por consequência, o amor de Deus aos homens e o amor intelectual da mente de Deus são a mesma coisa. Abbagnano (1982) observa que aqui o conceito de amor cessa de referir-se à atividade humana e torna-se o conceito metafísico da unidade de Deus consigo mesmo e com o mundo, logo com todas as manifestações do mundo, inclusive os homens. A unidade pretendida do finito com o infinito neste conceito, permitiu aos Românticos elaborar uma teoria do amor, segundo a qual embora se volte para coisas ou criaturas finitas, o amor vê ou colhe nestas expressões os símbolos do Infinito, isto é, do Absoluto ou de Deus.

➤ Hegel

O amor exprime em geral a consciência da minha unidade com um outro, de modo que eu para mim sou isolado, mas a minha autoconsciência afirma-se só como renúncia ao meu ser per si e através do saber-se como unidade de mim com o outro e do outro comigo. Segundo Abbagnano (1982) essa noção romântica que vê no amor a totalidade da vida, na forma de um sentimento infinito que é fim para si mesmo, encontra-se em toda a tradição literária do Romantismo.

➤ Schopenhauer

O amor sexual é distinguido do amor puro. O primeiro é a emoção de que se serve “o gênio da espécie” para propagar a espécie, “vontade de viver” que constitui a substância do universo. Trata-se, portanto, da manifestação, em forma fenomênica, isto é, sob a aparência da diversidade e da multiplicidade dos seres vivos, da única força que rege o mundo. O amor puro, por sua vez, é compaixão, conhecimento da dor alheia. Mas a dor alheia é também a dor do mundo, a dor da própria vontade de vida dividida em si mesma e lutando contra si mesma nas suas manifestações fenomênicas, além das quais, o amor como compaixão é a percepção da unidade fundamental.

➤ Freud

O amor é a especificação e a sublimação de uma força instintiva originária que é a libido. A libido é a tendência à produção e à reprodução de sensações voluptuosas relativas às chamadas “zonas erógenas”. Todas as formas superiores de amor não são, para Freud, senão sublimações da libido inibida. Freud critica o amor universal, pois entende tratar-se de proteção contra a perda do objeto amado. Ao dirigir seu amor a todos os homens igualmente, evita-se as incertezas e as decepções do amor genital, distanciando-se do objetivo sexual deste e transforma-se o instinto em um impulso de intenção inibida. As objeções que Freud

faz ao amor universal são duas: ao não discriminar entre os seus objetos do amor cria-se uma injustiça, e nem todos os homens são dignos de amor. Ainda mais, trata-se de uma ordem impossível de respeitar, pois uma tal inflação de amor poderia tão somente rebaixar-lhe o valor e não seria um remédio do mal. Segundo Abbagnano (1982) a crítica de Freud dirige-se contra o alvo errado: em vez de atacar o preceito evangélico do amor ao próximo, o verdadeiro alvo desta crítica é a noção moderna, de origem positivista, do amor universal.

➤ Feuerbach

Parte do pressuposto que o objeto ao qual um sujeito se refere, não é outro senão a natureza objetiva do próprio sujeito e que, portanto, no objeto o homem contempla a si mesmo e torna-se consciente de si: a consciência do objeto não é senão a consciência do homem. O amor é entendido por Feuerbach, romanticamente, como unidade e identidade: “a unidade de Deus e do homem, do espírito e da natureza”. A própria encarnação, para Feuerbach como para Hegel, é o “puro absoluto amor, sem acréscimo, sem distinção entre o amor divino e o amor humano”.

➤ Scheler

Negou o próprio pressuposto da doutrina do amor universal: a noção romântica do amor como unidade ou identificação. O amor, e em geral a simpatia de todas as suas formas, implica e ao mesmo tempo funda, a diversidade das pessoas. O sentido do amor consiste justamente em não considerar e não tratar o outro como se fosse idêntico a si. O amor verdadeiro, diz Scheler, consiste em compreender uma outra individualidade diferente da minha, em poder colocar-me em seu lugar. Reconhece, como Freud, que o amor sexual representa um fator primordial, porém não se reduz ao instinto sexual porque implica escolhas, que por princípio se orientam para aquelas qualidades vitais ditas mais “nobres”. Se o amor sexual domina a esfera vital, existem outras formas de amor correspondentes à esfera religiosa, e essas formas são variedades qualitativamente diversas, qualidades primordiais irreduzíveis uma às outras. Entre essas formas não há, porém, o amor à humanidade. A humanidade pode ser amada como indivíduo único e absoluto somente por Deus.

➤ Bergson

“Deus é amor e objeto de amor”, ou seja, o élan místico se realiza como uma unidade entre o homem e Deus. Inexiste separação completa entre quem ama e quem é amado, ou seja, o amor do homem por Deus é o amor de Deus por todos os homens. Mas esse amor não é a

fraternidade do ideal racional nem o intensificar-se de uma simpatia inata do homem pelo homem: trata-se do prosseguimento de um instinto que está na raiz da sensibilidade e da razão como de todas as outras coisas, cabendo a esse amor aperfeiçoar a criação da espécie humana.

➤ Sartre

Se o “amor sacro” de Bergson é do tipo romântico, não menos romântico é o “amor profano” de Sartre. Parte do pressuposto de que o amor seja a tentativa ou, mais exatamente, o projeto de realizar a unidade ou a assimilação entre o eu e o outro. Essa exigência de assimilação é, da parte do eu, a exigência de que ele seja para o outro uma totalidade, um mundo, um fim absoluto. O amor é, fundamentalmente, um querer ser amado, e tal vontade representa valer para o outro como o próprio infinito. Eis aqui o conflito e o fracasso inevitável do amor, já que cada um quer ser para o outro o objeto absoluto, o mundo, a totalidade infinita, mas para isto é necessário que o outro permaneça livre.

➤ Russel

O amor recíproco de duas pessoas é demasiado circunscrito, demasiado separado da comunidade para ser, por si mesmo, o objetivo principal de uma boa vida. Não é em si mesmo uma fonte suficiente de atividade, não é bastante prospectivo para constituir satisfação última. Ele torna-se cedo ou tarde retrospectivo, mal inseparável de todo fim alcançável somente em uma única emoção suprema. Os únicos fins adequados são os que insistem no futuro, que não podem jamais ser plenamente alcançados, mas vão sempre em “crescendo” e são infinitos como a infinitude da pesquisa humana. Só quando o amor está ligado a algum fio infinito dessa espécie, pode ter a seriedade e a profundidade de que é capaz. Com isto o amor não é negado, mas reconduzido aos limites que o definem. Segundo Russel, o amor é capaz de quebrar o duro âmagô do próprio eu porque é uma espécie de colaboração biológica na qual as emoções de um são necessárias à satisfação dos propósitos instintivos do outro. Nesse sentido, porém, ele não requer o sacrifício das pessoas que se amam, mas constitui um enriquecimento de ambas as partes.

Com forte, branda ou nenhuma dose de romantismo, as diferentes abordagens dos pensadores ocidentais a respeito do amor auxiliam no entendimento do seu significado e lançam luz sobre o seu vínculo com questões como a existência de Deus.

Um olhar sobre o conjunto das teorias de que se fez menção, mostra que nelas recorrem duas noções fundamentais do amor. A primeira é a do amor como uma relação que não anula a realidade individual e a autonomia dos seres entre os quais se estabelece, mas tende a reforçá-las através de uma troca na qual cada um procura o bem do outro como seu próprio. Neste caso o amor tende à reciprocidade e não deve ser visto como uma “unidade” no sentido próprio do termo.

Significa também relação sujeita ao êxito como ao malogro e, ainda nos casos mais favoráveis, suscetível de êxitos só parciais e de estabilidade relativa. Nesse caso, o amor não é tudo e não constitui a solução dos problemas humanos: perde em substância cósmica quanto ganha em importância humana e o seu significado, objetivamente constatável, torna-se fundamental para a formação, a conservação e o equilíbrio da personalidade humana. A noção de amor nesse sentido é a que ilustraram Platão, Aristóteles, São Tomás, Descartes, Leibniz, Scheler e Russel. (ABBAGNANO, 1982, p. 47)

A segunda teoria recorrente do amor é a que vê nele uma unidade absoluta ou infinita, isto é, a consciência, o desejo ou o projeto de tal unidade. Desse ponto de vista, o amor cessa de ser um fenômeno humano para tornar-se um fenômeno cósmico, ou melhor, a natureza do Princípio ou Realidade suprema. O êxito ou o malogro do amor humano passa a ser indiferente. Duas são as consequências de tal conceito de amor. A primeira é a infinitização das vicissitudes amorosas que, consideradas como formas ou manifestações do Infinito, adquirem um significado e um alcance desproporcionado e grotesco, sem relação com a importância real que têm para a personalidade humana e para as suas relações com os outros. A segunda é que todo tipo de amor humano destina-se ao fracasso. Estas duas atitudes podem-se facilmente encontrar na literatura romântica sobre o amor. É a noção que se acha defendida por Espinosa, Hegel, Feuerbach, Bérghson e Sartre. (ABBAGNANO, 1982, p. 47)

### 3.7 - Solidariedade

Etimologicamente, a palavra solidariedade origina-se na expressão jurídica latina *insolidum*, cujo significado é a existência de uma relação entre vários indivíduos de modo que o que for decidido ou realizado por qualquer um deles, obriga automaticamente os demais frente aos terceiros com quem o primeiro tenha contratado. A partir da concepção jurídica, o conceito passou a ser empregado para expressar uma adesão, embora não tão estável como a de significado jurídico, cuja idéia se refere à certa coesão e concordância entre pessoas que confiam plenamente umas nas outras, e buscam alcançar objetivos em determinada ordem de coisas.

Para De La Torre, (1976, p. 948), “a solidariedade pode ser entendida dentro das relações sociais, como uma garantia para a realização de um objetivo em que todos os componentes de um grupo são responsáveis”. Considerações diversas, procedentes de argumentações

teológicas, filosóficas, biológicas e sociológicas contribuíram para o uso que atualmente se dá ao conceito de solidariedade.

Do ponto de vista teológico, existe a crença da origem ou destino comum a todos os homens, a implicação que o destino de cada um tem ligação com o destino dos demais dentro da coletividade, e que o dever da caridade alcança tanto os amigos como os inimigos.

O sistema filosófico do solidarismo, que se constitui uma dessacralização do sistema teológico da “caridade”, desenvolveu-se no século XVIII e teve grande influência nos pensadores da época. Tem por base a idéia e os feitos naturais de solidariedade, e se apóia em argumentações filosóficas e em dados científicos.

Na doutrina jurídica da Roma antiga, a solidariedade era um modo de vinculação jurídica de tipo privado, ou seja, que ocorria nos pactos e determinações expressas das partes. Mas em tempos recentes, esta relação tem sido transportada também para o âmbito das relações públicas para estabelecer posições constitucionais, políticas e administrativas.

A utilização da solidariedade como expressão normativa de alguma mudança social estendeu-se a toda gama de relações sociais onde se verificam excessos de individualismo ou de totalitarismo. Seu papel é retificar ambas as situações no sentido de uma maior consideração pessoal dos sujeitos sociais envolvidos nestas situações.

No terreno econômico, a solidariedade expressa a necessidade de substituir-se, dentro da empresa produtora, as relações do tipo “salário” pelas do tipo “associação”; e no âmbito da coletividade econômica, as relações do tipo “voluntarista” por um sistema equitativo expresso pelo princípio da “justiça social”.

No terreno político, a influência da idéia de solidariedade pode ser observada na dupla perspectiva das funções da autoridade pública e da competência dos cidadãos.

Nas relações ainda mais amplas – relações entre classes sociais distintas, entre países, blocos mundiais, etc. – a solidariedade também expressa certa normatividade que se estabelece na ajuda aos países menos desenvolvidos para que estes possam promover avanços nos setores social, econômico, político e cultural.

Segundo Edwald (1996), a doutrina da solidariedade é essencialmente uma doutrina moral. Seus teóricos, sejam eles naturalistas, sociólogos, economistas ou juristas, são sobretudo militantes da moral. Desde o início do século XIX, as obras dos reformadores sociais apontavam para uma organização positiva da sociedade – “terminar a Revolução” –, o que

incluía o reconhecimento da “fraternidade” como categoria constitucional, ao lado da liberdade e da igualdade.

Até o final do século XIX, na ausência da moral positiva que permitia transformar em direitos o que até então se considerava caridade e beneficência, a doutrina liberal prevalecia. Segundo seus termos, o direito obriga a reparar o mal que o indivíduo tenha causado ao outro, mas não a lhe fazer o bem. As obrigações “positivas” (fazer o bem ao outro) ficavam no domínio da moral. As doutrinas da solidariedade foram capazes de superar a barreira imposta pelo liberalismo, mostrando como a liberdade podia gerar uma obrigação positiva do fazer, e que a preservava. Tal obrigação não era somente compatível com a liberdade, mas era, ela mesma, a sua condição.

A série de obrigações que formulam o solidarismo está ligada a uma certa experiência do mal. Um tipo de mal – o mal social – que diz respeito à relação entre o mal na natureza e o mal no homem. A doença contagiosa bem representa um modelo do mal social, e Pasteur e seus estudos à época revelaram a interdependência profunda entre os homens.

O mal social se apresenta sob a forma da alteridade. O mal é o outro; está no outro. O solidarismo vem a ser uma doutrina que institui a higiene pública como modelo de política, sem o fortalecimento dos poderes do Estado. Pelo contrário, sonha com um tipo de insurreição da sociedade contra o Estado.

De acordo com o solidarismo fica difícil estabelecer a vibração última do ato individual que qualquer de nós possa realizar, a vibração derradeira do nosso dever sobre tudo. A idéia de responsabilidade individual perde o seu sentido; torna-se coletiva ou social.

A essência da doutrina da solidariedade é a tentativa de formular uma regra de justiça que será alternativa à regra liberal. O solidarismo será como uma solução de terceira via entre o liberalismo e o socialismo.

Embora pretendesse ser uma doutrina de direito, a doutrina da solidariedade revela-se incapaz de saber o quanto deve à sociedade um homem que acumulou riquezas, assim como de estabelecer o que a sociedade deve a um pobre homem que sem ter a instrução, o capital e mesmo a saúde e as forças físicas necessárias para lutar por uma vida digna padece, ao longo de sua existência, massacrado pela falta de solidariedade. A impossibilidade epistemológica de fixar o conteúdo das relações de obrigação, é o que salva o solidarismo do totalitarismo.

O solidarismo sugere que coloquemo-nos no lugar do outro e examinemos com toda a sinceridade se consentiríamos com a transação que nós mesmos propomos ao outro.

## **4 - O CASO APAE-Rio**

### **4.1 - A organização**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma instituição filantrópica criada por pais, amigos, professores e médicos de pessoas portadoras de deficiências em 1954 na cidade do Rio de Janeiro. Esta iniciativa foi empreendida por Beatrice Bemis – membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança portadora da Síndrome de Down. Desde então várias outras APAEs foram criadas, em mais de 2.000 municípios do país, tendo sua atuação coordenada pela Federação Nacional das APAEs situada em Brasília. Não existe, entretanto, qualquer subordinação administrativa, financeira ou jurídica das APAEs à Federação Nacional.

A história do movimento apaeano apresenta uma evolução dos conceitos que orientam a atuação das diversas unidades da APAE. Numa primeira concepção, prevalece a visão segregacionista–assistencialista, a partir da qual a APAE e a família da pessoa portadora de deficiência, sobretudo mental, devem primordialmente protegê-la. Uma segunda concepção, denominada integrativa-adaptadora, amplia um pouco a participação da sociedade no apoio à pessoa portadora de deficiência, mas ainda como ato de solidariedade. Também nesta percepção, cabe à família e à APAE uma função de tutela, regulando as manifestações da pessoa portadora de deficiência. A concepção mais atual, denominada inclusiva-transformadora, amplia a percepção anterior, enfatizando as potencialidades da pessoa portadora de deficiência e sua condição de cidadã, dotada, portanto, de direitos, na qual a família, o Estado e a sociedade têm responsabilidades.

Embora as três percepções referidas ainda coexistam no conjunto das APAEs, o Plano Estratégico 1998/2003 expressa uma opção do Movimento pela abordagem inclusiva-transformadora, visto que esta considera a pessoa portadora de deficiência como pessoa humana, portadora de direitos de cidadania, dotada de sentimentos, emoções e elaborações mentais.

### **4.2 - Objetivo**

O principal objetivo da APAE-Rio é atuar na prevenção, educação e socialização da pessoa portadora de deficiência mental, de modo a minimizar as dificuldades no convívio familiar e social. A instituição atende desde bebês até adultos idosos, de ambos os sexos e diferentes

níveis sócio-econômicos, na maioria procedentes da cidade do Rio de Janeiro, apresentando deficiência mental, associada ou não a outras deficiências. A APAE-Rio possui três unidades de atendimento, situadas nos bairros da Tijuca, Benfica e no município de Guapimirim (RJ). O presente estudo limita-se à unidade da Tijuca, sede da APAE-Rio.

### **4.3 - Estrutura**

O organograma da APAE-Rio apresenta uma Presidência que presta contas aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que por sua vez respeitam decisões da Assembléia Geral dos sócios-contribuintes da instituição. À Presidência estão subordinados dois Vice-Presidentes, um Diretor de Saúde, um Diretor de Educação, três Diretores-Secretários e dois Diretores-Tesoureiros. Toda a Diretoria e os Conselhos Deliberativo e Fiscal são compostos de voluntários.

A parte operacional da instituição abrange duas superintendências: educacional-pedagógica e administrativo-financeira. Constitui-se de trabalhadores remunerados, auxiliados por voluntários, estagiários e funcionários cedidos pelo poder municipal.

As atividades da APAE-Rio estão divididas nos seguintes setores:

➤ **Centro de Diagnóstico e Pesquisa**

Destina-se à pesquisa e ao diagnóstico das diferentes patologias causadoras de deficiências, através de exames laboratoriais especializados. Dentre os exames realizados no laboratório destaca-se o Teste do Pezinho, capaz de detectar patologias causadoras de deficiências no recém-nascido e possibilitar ação terapêutica adequada de imediato. O laboratório realiza mensalmente cerca de 7.000 Testes do Pezinho.

➤ **Centro Ambulatorial de Prevenção**

Faz o atendimento preventivo às crianças que apresentam resultados positivos para patologias causadoras de deficiências e fornece orientação às famílias. O atendimento inclui: acompanhamento médico e nutricional, introdução de medidas específicas de intervenção precoce, avaliação psicológica das crianças, acompanhamento psicológico familiar e incentivo à melhor informação e ao fortalecimento das famílias.

➤ **Centro de Estimulação e Desenvolvimento Global**

Centro terapêutico que atua no desenvolvimento dos aspectos percepto-motor, cognitivo, afetivo-emocional e social, através de oficinas terapêuticas de estimulação,

psicopedagogia, auto-expressão, criatividade, expressão corporal, informática e de família.

➤ Centro Integrado de Educação e Trabalho

Escola de educação especial reconhecida pelo governo federal, oferecendo atendimento para portadores de deficiência mental com uma proposta direcionada à educação e ao mercado de trabalho na instituição e fora dela.

➤ Lar Fazenda

Situado no Vale das Pedrinhas, município de Guapimirim (RJ), tem por objetivo proporcionar condições adequadas para vida independente por meio de residência, trabalho e lazer para deficientes mentais adultos e/ou órfãos, preferencialmente egressos da própria Instituição.

4.4 - Público atendido

A APAE-Rio atende atualmente a 1.232 pessoas, sendo 355 na unidade de Benfica (escola para deficientes mentais reconhecida pelo Ministério da Educação), e o restante na unidade da Tijuca. Do total de pessoas atendidas na unidade da Tijuca (875 pessoas), 369 freqüentam a Instituição semanalmente (em média duas vezes por semana) – Centro de Estimulação e Desenvolvimento Global – e 508 comparecem em intervalos mais espaçados de acordo com a necessidade individual – Centro Ambulatorial de Prevenção. A pesquisa restringiu-se aos familiares de pessoas atendidas no Centro de Estimulação e Desenvolvimento Global, com freqüência mais assídua à instituição.

A seguir (Quadro 1) a situação das pessoas que trabalham na APAE-Rio:

	Tijuca		Benfica		Guapimirim		APAE-Rio Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Trabalhadores Remunerados	126	69,2	73	83,0	14	87,5	213	74,5
Trabalhadores Voluntários	24	13,2	10	11,3	2	12,5	36	12,6
Estagiários	26	14,3	3	3,4	-		29	10,1
Cedidos pelo Município	6	3,3	2	2,3	-		8	2,8
Total	182	100,0	88	100,0	16	100,0	286	100,0

Fonte: APAE-Rio.

Quadro 1 – Trabalhadores da APAE-Rio

Para ser voluntário na APAE-Rio o interessado deve fazer o curso de capacitação básica e de integração do novo voluntário, assinar o Termo de Adesão (Anexo F) com a instituição e aceitar e cumprir todas as exigências contidas no Regimento do Corpo de Voluntários e as suas Normas Internas.

#### **4.5 - Orçamento**

O movimento de receitas e despesas da APAE-Rio gira em torno de R\$ 750 mil. As receitas são provenientes de contribuição de sócios (10%), convênios com empresas e instituições para atendimento de seus empregados e dependentes (10%), convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) para exames laboratoriais (75%) e eventuais (5%). As despesas são provenientes de pessoal (27%), material técnico para exames laboratoriais (38%), serviços técnicos para realização dos exames laboratoriais (15%), impostos sobre os serviços laboratoriais (7,5%), materiais para consumo e alimentação (5%), despesas gerais (5%) e outros (2,5%).

#### **4.6 - A pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Rio) na cidade do Rio de Janeiro nos meses de julho e agosto de 2003, com o intuito de avaliar o impacto do trabalho voluntário na atuação de instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais. Foram aplicados 129 questionários: 19 junto aos trabalhadores voluntários da APAE-Rio e 110 junto aos familiares de pessoas atendidas na APAE-Rio.

A elaboração dos questionários foi precedida de entrevistas com trabalhadores voluntários e familiares de pessoas atendidas em instituições privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de testar a relevância das questões inicialmente consideradas como de interesse do estudo. Um primeiro modelo de questionário foi elaborado e posteriormente modificado em função de críticas e testes em aplicações-piloto. As versões finais constam dos anexos deste estudo.

Em virtude de estar ocupando um cargo na diretoria da APAE-Rio na ocasião da pesquisa, o autor da pesquisa deixou a cargo da ouvidora da instituição a aplicação dos questionários. Houve receio de que a aplicação dos questionários por um diretor da instituição pudesse influenciar nas respostas. Não foram aplicados questionários junto aos trabalhadores remunerados, evitando-se um clima de ameaça de substituição de trabalhadores remunerados

por voluntários na instituição. Acredita-se que as respostas teriam sido influenciadas em demasia por esse sentimento.

Os questionários aplicados junto aos familiares das pessoas atendidas na APAE-Rio foram preenchidos pela ouvidora na presença dos mesmos, com base nas respostas dadas. Os questionários aplicados junto aos trabalhadores voluntários da APAE-Rio foram entregues pela ouvidora aos trabalhadores voluntários durante o seu período de trabalho e recolhidos cerca de duas horas mais tarde, devidamente preenchidos. O número de trabalhadores voluntários na APAE-Rio corresponde à cerca de 13% do total de colaboradores. Segundo a ouvidora, “muitos dos familiares, quando lhes era mostrado o questionário, diziam não ter trazido os óculos ou que não sabiam ler”.

A pesquisa junto aos familiares das pessoas atendidas na APAE-Rio apresentou fatos relevantes, narrados pela funcionária da APAE-Rio que aplicou os questionários:

- “Cerca de 30% das mães não sabiam o que é trabalho voluntário”;
- “Quase todas não sabiam quem são os voluntários da instituição”;
- “No primeiro dia conversei com 98 mães, e cerca de 40%, geralmente as com baixa escolaridade, tinham dificuldade de compreensão e pediam para que eu explicasse o que estava sendo perguntado”;
- “Percebi certa dificuldade em responder a 4ª questão: a palavra *afeta* não parecia ser comum;
- “Grande parte das mães não trabalha devido ao fato de possuírem um filho portador de deficiência: mesmo mães com formação superior não trabalham”;
- “Muitas mães dizem ter estudado apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental, e gostariam de voltar a estudar”.

A separação da pesquisa em dois segmentos, um dedicado aos familiares e outro dedicado aos voluntários, deveu-se ao interesse em avaliar o impacto da atuação dos trabalhadores voluntários não somente na visão daqueles que respondem pelos próprios assistidos, os familiares, mas também na percepção dos próprios voluntários. Por outro lado, a aplicação de questionários junto aos voluntários, permitiu avaliar uma série de questões importantes relacionadas ao voluntariado, tais como motivação para o trabalho voluntário, relacionamento com trabalhadores remunerados, tempo de dedicação e significado atribuído ao trabalho voluntário.

A identificação dos familiares e dos trabalhadores voluntários teve o objetivo de colher informações como sexo, idade, profissão, ocupação e escolaridade dos entrevistados, de modo a se conhecer o público-alvo da pesquisa e obter informações que pudessem auxiliar na interpretação dos resultados. Espera-se que as informações coletadas possam também ser úteis para pesquisas posteriores que venham a ser realizadas.

**4.6.1 - Pesquisa junto aos familiares (apresentação e análise dos dados)**

**4.6.1.1 - Identificação dos familiares (Sexo)**

Tabela 1 – Identificação dos familiares (Sexo)

		Quantidade	%
Sexo	Masculino	6	5,45
	Feminino	104	94,55

Fonte: APAE-Rio

A grande maioria dos familiares é composta de mães que dedicam grande parte de seu tempo aos seus filhos, portadores de necessidades especiais.

**4.6.1.2 - Identificação dos familiares (Idade)**

Tabela 2 – Identificação dos familiares (Idade)

		Quantidade	%
Idade	Menor que 20	5	4,55
	20 a 29	23	20,91
	30 a 39	33	30,00
	40 a 49	40	36,36
	50 a 59	4	3,64
	60 a 69	5	4,55

Fonte: APAE-Rio

Observa-se que cerca de dois terços dos familiares (66,3%) situam-se na faixa de 30 a 49 anos, englobando, na sua maioria, mães que são obrigadas a abdicar do trabalho remunerado para cuidar de seus filhos em tempo integral.

4.6.1.3 - Identificação dos familiares (Profissão)

Tabela 3 – Identificação dos familiares (Profissão)

		Quantidade	%
Profissão	Do lar	55	50,00
	Doméstica	7	6,36
	Estudante	5	4,55
	Bibliotecária	1	0,91
	Professora	7	6,36
	Fotógrafo	1	0,91
	Analista de redes	1	0,91
	Comerciarista	2	1,82
	Assistente social	1	0,91
	Revendedora	1	0,91
	Administradora de empresas	1	0,91
	Agente de saúde	1	0,91
	Fisioterapeuta	1	0,91
	Cabeleireira	2	1,82
	Repositora	1	0,91
	Gravadora	1	0,91
	Garçonete	1	0,91
	Porteiro	2	1,82
	Camareira	1	0,91
	Radialista	1	0,91
	Militar	2	1,82
	Auxiliar de montagem	1	0,91
	Funcionário público	1	0,91
	Auxiliar de serviços gerais	2	1,82
	Analista de sistemas	1	0,91
	Auxiliar de enfermagem	2	1,82
	Advogada	1	0,91
	Motorista	1	0,91
	Aposentada	2	1,82
	Operadora de caixa	2	1,82
	Costureira	1	0,91
	Comerciante	1	0,91

Fonte: APAE-Rio

A profissão “do lar” predomina (50%), confirmando a situação de dedicação integral aos filhos portadores de necessidades especiais.

4.6.1.4 - Identificação dos familiares (Escolaridade)

Tabela 4 – Identificação dos familiares (Escolaridade)

		Quantidade	%
Escolaridade	Nenhuma	3	2,73
	Primeiro grau incompleto	34	30,91
	Primeiro grau completo	14	12,73
	Segundo grau incompleto	16	14,55
	Segundo grau completo	25	22,73
	Terceiro grau incompleto	3	2,73
	Terceiro grau completo	13	11,82
	Pós-graduação	2	1,82

Fonte: APAE-Rio

É significativo o percentual de familiares que não completou o primeiro grau (33,64%), demonstrando a baixa escolaridade dos mesmos. O contato com os familiares por ocasião do preenchimento dos questionários revelou um número considerável de analfabetos.

4.6.1.5 - Identificação dos familiares (Ocupação)

Tabela 5 – Identificação dos familiares (Ocupação)

		Quantidade	%
Ocupação	Do lar	72	65,45
	Doméstica	2	1,82
	Estudante	5	4,55
	Professor	4	3,64
	Desempregado	3	2,73
	Fotógrafo	1	0,91
	Repositora	1	0,91
	Agente de saúde	1	0,91
	Fisioterapeuta	1	0,91
	Inspetora escolar	1	0,91
	Porteiro	2	1,82
	Radialista	1	0,91
	Militar	2	1,82
	Auxiliar de enfermagem	1	0,91
	Técnico judiciário	1	0,91
	Auxiliar de serviços gerais	2	1,82
	Aposentada	2	1,82
	Artesã	2	1,82
	Cabeleireira	1	0,91
	Acompanhante	1	0,91
	Comerciante	1	0,91
	Revendedora	1	0,91
	Operadora de caixa	1	0,91
	Motorista	1	0,91

Fonte: APAE-Rio

Praticamente dois terços (65,4%) dos familiares indicaram “do lar” como ocupação, confirmando a informação já percebida anteriormente.

Chamam atenção a predominância do sexo feminino (94,6%), a baixa escolaridade (Gráfico 1) – 33,7% não completaram o Primeiro Grau – e a predominância (65,4%) de atividade do lar como ocupação dos familiares entrevistados (Gráfico 2). A APAE-Rio atende, em grande parte, a população de baixa renda, que não tem condição de pagar em clínicas particulares pelo trabalho dos vários profissionais que atuam neste tipo de tratamento. Baixa renda e baixa escolaridade aparecem aqui associadas.

Por outro lado, conforme mencionado pelos familiares na ocasião do contato para entrega dos questionários, o fato de terem um filho portador de deficiência mental faz com que as

mães – predominância de mães no grupo familiares – não trabalhem em virtude de sua dedicação a ele.

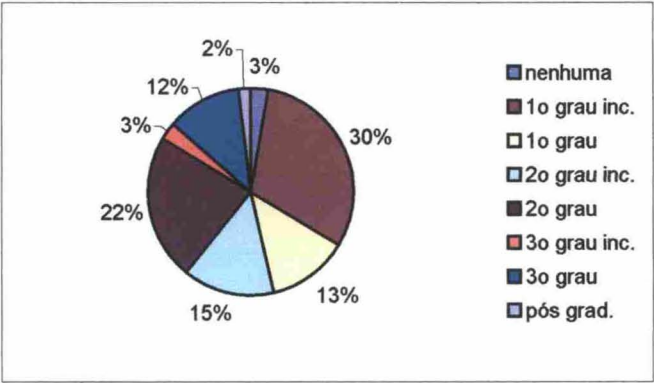


Gráfico 1 - Escolaridade dos familiares

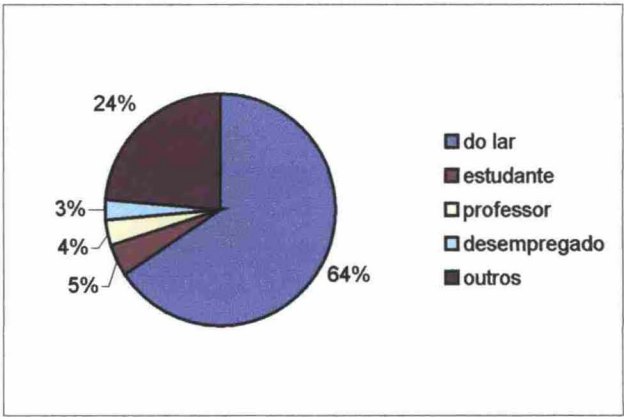


Gráfico 2 - Ocupação dos familiares - APAE-Rio

4.6.1.6 - Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE-Rio

Tabela 6 – Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE-Rio

Qual o resultado do tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) no desenvolvimento geral de seu familiar?		
Opções	Respostas	%
Péssimo		
Ruim		
Regular	1	0,91
Bom	51	46,36
Ótimo	58	52,73

O número de familiares que julgam bom ou ótimo o resultado do tratamento oferecido pela APAE-Rio no desenvolvimento geral de seu familiar atinge 99,1% (Gráfico 3). O elevado grau de satisfação dos familiares com o trabalho que vem sendo desenvolvido, corrobora o sucesso de uma instituição que vem a 50 anos se dedicando ao portador de deficiência mental no Brasil. A instituição construiu, ao longo deste tempo, um nome respeitado

enquanto organização privada sem fins lucrativos que se dedica a apoiar o deficiente mental e sua família.

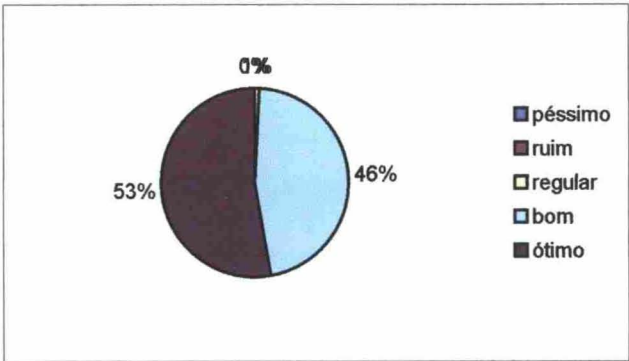


Gráfico 3 – Resultado no desenvolvimento das pessoas atendidas na APAE- Rio

4.6.1.7 - Aumento ou diminuição do número de voluntários na APAE-Rio

Tabela 7 – Aumento ou diminuição do número de voluntários na APAE-Rio

Qual deverá ser a influência no tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) se aumentar o número de trabalhadores voluntários?		
Nenhuma	4	3,64
Baixa	2	1,82
Média	20	18,18
Alta	82	74,55
Desconhece	2	1,82
Qual deverá ser a influência no tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) se diminuir o número de trabalhadores voluntários?		
Nenhuma	10	9,09
Baixa	22	20,00
Média	22	20,00
Alta	56	50,91

Dentre os familiares que responderam aos questionários, 74,6% julgam que o aumento do número de trabalhadores voluntários terá alta influência no tratamento oferecido pela APAE-Rio (Gráfico 4) e 50,9% julgam que a diminuição do número de trabalhadores voluntários terá alta influência no tratamento (Gráfico 5). As respostas sugerem que os familiares prezam a atuação dos trabalhadores voluntários pois, nos dois casos, mais da metade dos familiares julgam que o tratamento sofrerá influência se o número de voluntários for alterado para mais ou para menos. É de se esperar que a influência será positiva, em caso de aumento, e negativa, em caso de diminuição, uma vez que 80,9% dos familiares julgam boa ou ótima a atuação dos voluntários (Gráfico 6).

Vê-se uma diferença de 23,7% entre estes índices – o aumento do número de trabalhadores voluntários parece aos familiares mais impactante. É possível que haja uma expectativa entre os entrevistados de que quanto mais pessoas trabalhando, melhor o resultado alcançado.

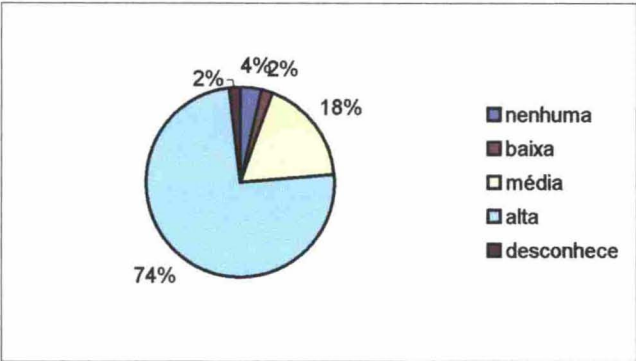


Gráfico 4 - Influência se aumentar o número de voluntários na APAE-Rio

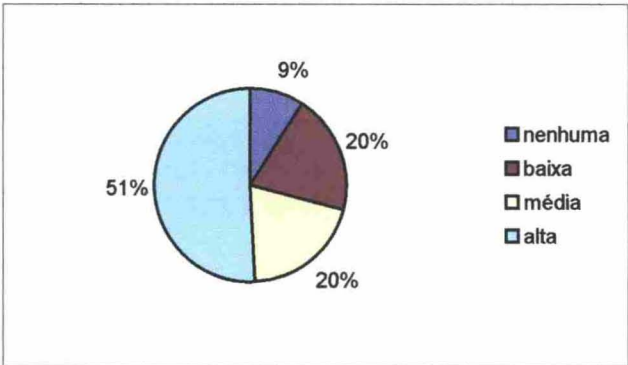


Gráfico 5 - Influência se diminuir o número de voluntários na APAE-Rio

4.6.1.8 - Atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio

Tabela 8 – Atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio

O que você acha da atuação dos trabalhadores voluntários da APAE-Rio (Tijuca)?		
Péssimo		
Ruim		
Regular	2	1,82
Bom	34	30,91
Ótimo	55	50,00
Desconhece	19	17,27

Dentre os familiares que responderam aos questionários, 80,9% julgam boa ou ótima a atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio e 17,3% desconhecem tal atuação. Apenas 1,8% julga regular e nenhum familiar julga ruim (Gráfico 6). Embora os trabalhadores voluntários sejam identificados pelo crachá, pode-se concluir que a atuação do voluntariado não é de pleno conhecimento dos familiares. Os crachás de identificação das

pessoas que trabalham na APAE-Rio possuem uma tarja horizontal na sua base com uma cor que identifica se o trabalhador é regular remunerado, estagiário, voluntário ou cedido pela administração municipal.

Estes números indicam que existe confiança por parte dos familiares na atuação do trabalhador voluntário. Por outro lado, revelam que cabe um trabalho da instituição para divulgar junto aos familiares a atuação dos trabalhadores voluntários.

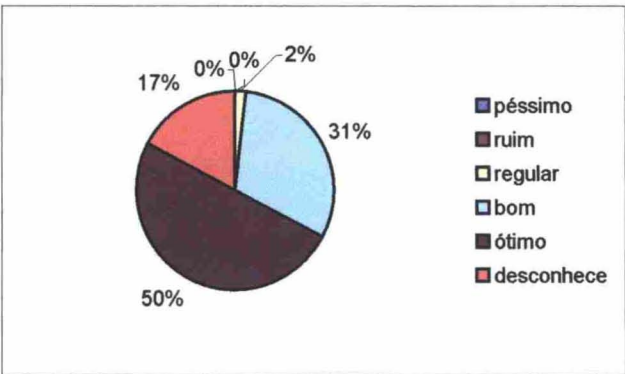


Gráfico 6 - Atuação dos voluntários da APAE-Rio

4.6.1.9 - Voluntariado e qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio

Tabela 9 – Voluntariado e qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio

Como a atuação dos trabalhadores voluntários afeta a qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca)?		
Não afeta	37	33,64
Afeta pouco	12	10,91
Afeta muito	52	47,27
Desconhece	9	8,18

Quanto à pergunta sobre como a atuação dos trabalhadores voluntários afeta a qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio, 47,3% dos familiares julgam que afeta muito, 33,6% dos familiares julgam que não afeta, 10,9% dos familiares julgam que afeta pouco e 8,2% dos familiares desconhecem o efeito da atuação dos trabalhadores voluntários (Gráfico 7). O percentual de familiares que julga que a atuação afeta a qualidade atinge 58,2%.

A despeito de que cerca de 50% das respostas indicam um grande impacto da atuação dos trabalhadores voluntários na qualidade do tratamento, um percentual considerável – praticamente um terço (33.6%) – julga que não há qualquer impacto. Parece que este julgamento de falta de impacto não se deve à qualidade da atuação, uma vez que apenas 1,8% acha regular e nenhum entrevistado julga ruim a atuação dos voluntários. Possivelmente deve-se ao desconhecimento da atuação dos voluntários (17,3% dos

familiares a desconhecem) ou à percepção de que a instituição seja de tal forma estruturada e possuidora de expertise que prescinde da atuação deste ou daquele grupo de profissionais.

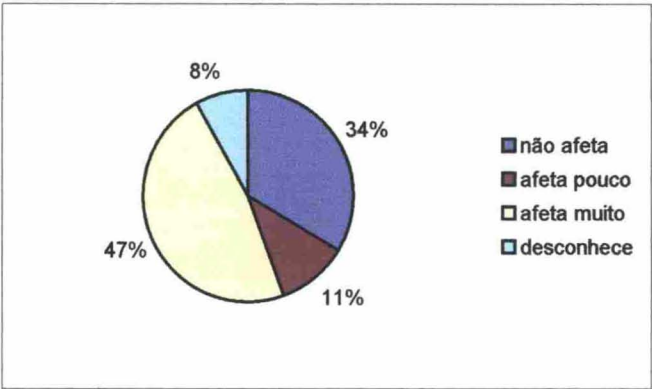


Gráfico 7 - Influência do voluntariado na qualidade APAE-Rio

4.6.2 - Pesquisa junto aos trabalhadores voluntários (apresentação e análise dos dados)

4.6.2.1 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Sexo)

Tabela 10 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Sexo)

		Quantidade	%
Sexo	Masculino	1	5,26
	Feminino	18	94,74

Fonte: APAE-Rio

Há predominância do sexo feminino (94,7%) entre os voluntários da APAE-Rio (Gráfico 8).

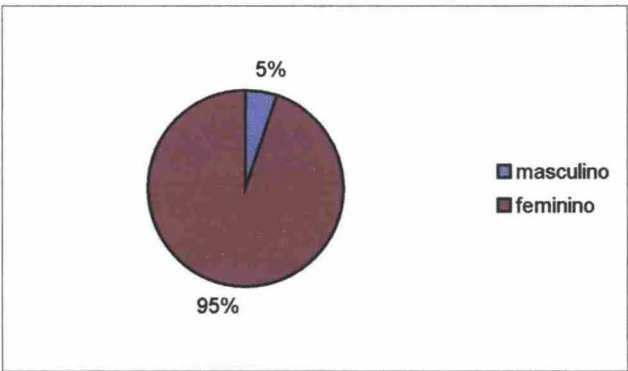


Gráfico 8 - Sexo dos voluntários da APAE-Rio

4.6.2.2 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Idade)

Tabela 11 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Idade)

		Quantidade	%
Idade	Menos que 20		
	20 a 29	2	10,52
	30 a 39	1	5,26
	40 a 49	4	21,05
	50 a 59	3	15,80
	60 a 69	5	26,32
	70 ou mais	4	21,05

Fonte: APAE-Rio

Cerca de 47% têm 60 anos ou mais, 84,2% têm 40 anos ou mais e apenas dois entre os 19 voluntários que responderam ao questionário têm idade inferior a 30 anos (Gráfico 9).

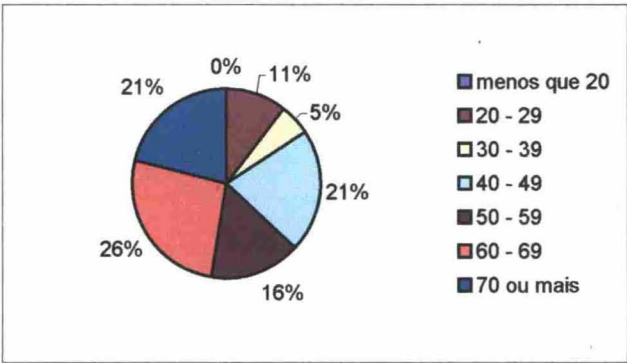


Gráfico 9 - Idade dos voluntários da APAE-Rio

4.6.2.3 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Profissão)

Tabela 12 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Profissão)

		Quantidade	%
Profissão	Do lar	2	10,52
	Assistente social	1	5,26
	Fonoaudióloga	2	10,52
	Funcionário público	2	10,52
	Pedagoga	2	10,52
	Aposentada	5	26,32
	Professora	2	10,52
	Comerciarista	1	5,26
	Engenheiro	1	5,26
	Contadora	1	5,26

Fonte: APAE-Rio

Destaque para as pessoas aposentadas (26,3%), que fazem uso do seu tempo livre para trabalhar em prol do portador de necessidades especiais.

4.6.2.4 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Escolaridade)

Tabela 13 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Escolaridade)

		Quantidade	%
Escolaridade	Nenhuma		
	Primeiro grau incompleto	1	5,26
	Primeiro grau completo	1	5,26
	Segundo grau incompleto		
	Segundo grau completo	4	21,05
	Terceiro grau incompleto		
	Terceiro grau completo	12	63,17
	Pós-graduação	1	5,26

Fonte: APAE-Rio

Dentre os voluntários, cerca de dois terços (68,4%) têm curso superior completo (Gráfico 10), o que indica um bom grau de instrução do voluntariado na APAE-Rio.

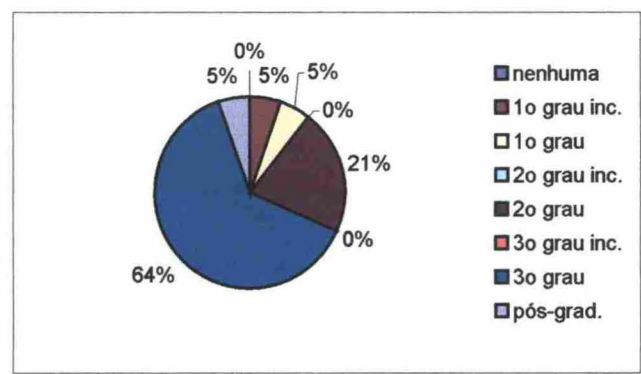


Gráfico 10 - Escolaridade dos voluntários da APAE-Rio

4.6.2.5 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Ocupação)

Tabela 14 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Ocupação)

		Quantidade	%
Ocupação	Do lar	5	26,32
	Fonoaudióloga	1	5,26
	Aposentada	6	31,58
	Voluntária	4	21,05
	Secretária	1	5,26
	Não preencheu	2	10,52

Fonte: APAE-Rio

Dentre os voluntários que responderam ao questionário 31,6% são aposentados e 21,5% escreveram “voluntário” quando perguntados sobre a sua ocupação.

Nota-se grande participação de idosos e a baixíssima participação de jovens voluntários. Por outro lado, muitos profissionais jovens são encontrados entre os profissionais remunerados da APAE-Rio. A escolaridade é boa, uma vez que em torno de dois terços têm curso superior completo. A elevada participação feminina pode ser em virtude de que muitas mães que têm

ou já tiveram filhos atendidos na APAE-Rio tornam-se voluntárias. Este mesmo motivo, aliado ao cunho conservador da instituição, pode explicar a grande participação de idosos.

Vale observar que estudos têm demonstrado que não há, pelo menos nos Estados Unidos, grande influência de gênero no voluntariado formal, assim como se observa forte correlação com o *status* econômico e menor participação de idosos (WILSON; MUSICK, 1997).

4.6.2.6 - Identificação dos trabalhadores voluntários (Setor de Atuação)

Tabela 15 – Identificação dos trabalhadores voluntários (Setor de Atuação)

		Quantidade	%
Setor de Atuação	Estimulação	2	10,52
	Telefonia	2	10,52
	OCA	1	5,26
	Sócios	3	15,79
	Psicopedagogia	3	15,79
	Administração	4	21,05
	Triagem	1	5,26
	Não preencheu	3	15,79

Fonte: APAE-Rio

Não se percebe concentração de voluntários em qualquer setor da APAE-Rio. Os trabalhadores voluntários se distribuem nos vários setores de atuação.

4.6.2.7 - Motivação dos trabalhadores voluntários

Tabela 16 – Motivação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio.

Opções	Respostas	%
O que o motivou a trabalhar na APAE-Rio (Tijuca) como voluntário?		
Exercício da cidadania.	3	15,79
Preencher vazio existencial.	3	15,79
Exercício de solidariedade.	15	78,95
Aumentar rede de relacionamento.	4	21,05
Combater a solidão.	1	5,26
Ocupar o tempo.	5	26,32
Acompanhar modismo.		
Tornar-se trabalhador remunerado da APAE-Rio no futuro.	3	15,79
Abrandar culpa social.	1	5,26
Ajudar as pessoas.	13	68,42
Ter parente deficiente mental.	4	21,05
Orientação religiosa.	3	15,79
Obrigação de retribuir o que recebeu da sociedade.	2	10,52
Passar adiante o conhecimento adquirido.	6	31,58
Outros (mencionados pelos respondentes):		
1. Necessidade de preencher vazio após perda do marido.		
2. Retribuir à APAE-Rio o que foi feito pela filha.		
3. Vontade de ser útil, “somar” em prol das pessoas, fazer o bem.		
4. Colaborar para o crescimento da pessoa portadora de deficiência.		
5. Amor pela causa.		
Ter tido uma filha com Síndrome de Down (falecida).		

Dentre 14 possíveis motivações mencionadas para trabalhar como voluntário na APAE-Rio, destacaram-se as seguintes escolhas: 78,9% indicaram “exercício de solidariedade”, 68,4% indicaram “ajudar as pessoas” e 31,6% indicaram “passar adiante o conhecimento adquirido” (Gráfico 11). Opções como “combater a solidão” e “abrandar culpa social” obtiveram apenas uma indicação. Nenhum voluntário indicou “acompanhar modismo”. Ajudar as pessoas traz a idéia de “vontade de fazer o bem”.

O elevado percentual da opção pela solidariedade como motivação, serviu como estímulo para a inclusão da solidariedade no referencial teórico. Observa-se que a prática da solidariedade e a vontade ou necessidade de ajudar as pessoas predominam nas escolhas. Parece de especial importância que o trabalho voluntário na APAE-Rio seja fruto de motivações tão genuinamente vinculadas ao desejo de contribuir para a melhora da condição do outro, neste caso, do portador de necessidade especial.

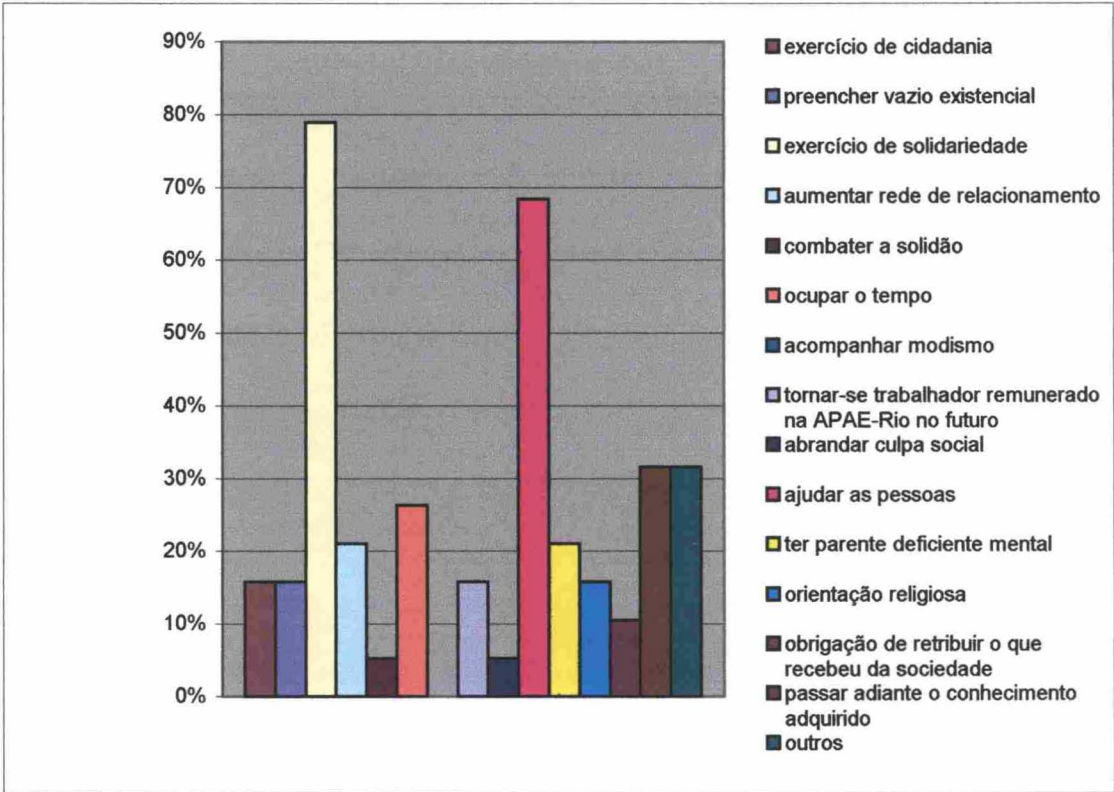


Gráfico 11 - Motivações para o trabalho voluntário na APAE-Rio

4.6.2.8 - Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados

Tabela 17 – Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados na APAE-Rio.

Como você avalia o relacionamento entre trabalhadores voluntários e trabalhadores remunerados na APAE-Rio (Tijuca)?		
Péssimo		
Ruim		
Regular	2	10,52
Bom	9	47,37
Ótimo	8	42,11

Dentre os voluntários que responderam ao questionário, 89,5% julgam bom ou ótimo o relacionamento entre trabalhadores remunerados e voluntários na APAE-Rio (Gráfico 12). Vale lembrar que não foram aplicados questionários aos trabalhadores remunerados e, portanto, não se tem conhecimento de suas respostas a esta mesma pergunta. De qualquer forma, fica a informação de que, se existentes, os conflitos entre trabalhadores remunerados e voluntários na APAE-Rio não são considerados relevantes pelos trabalhadores voluntários.

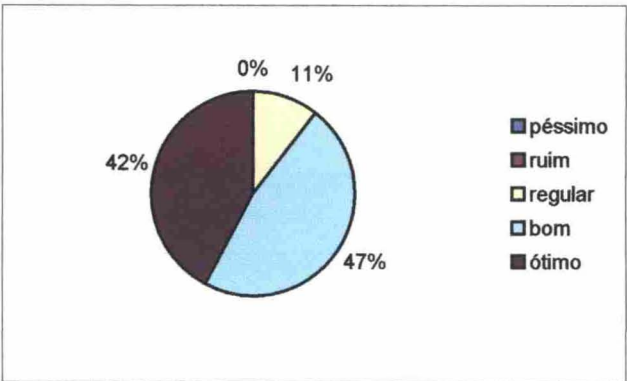


Gráfico 12 - Relacionamento entre trabalhadores voluntários e remunerados APAE-Rio

4.6.2.9 - Atuação dos trabalhadores voluntários

Tabela 18 – Atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio.

Como você avalia a atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio (Tijuca)?		
Péssima		
Ruim		
Regular	2	10,52
Boa	10	52,63
Ótima	4	21,05
Não respondeu	3	15,79

Dentre os voluntários entrevistados, 73,7% julgam boa ou ótima a atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio (Gráfico 13). Este número é inferior ao percentual (80,9%) de familiares que também julgam boa ou ótima a atuação dos trabalhadores voluntários. Não se trata de diferença acentuada de percepção, mas indica que os voluntários da instituição são rigorosos na sua auto-avaliação. Cerca de 10% dos trabalhadores voluntários consideram sua atuação regular, enquanto que 15,8% não responderam. A decisão de não responder pode indicar incerteza quanto à avaliação de sua própria atuação. Esta hipótese aponta para a necessidade da APAE-Rio mostrar ao voluntário a importância da sua atuação e os frutos do seu trabalho.

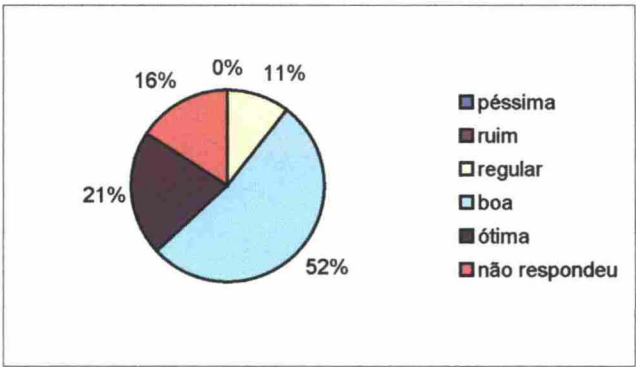


Gráfico 13 - Atuação dos voluntários da APAE-Rio

#### 4.6.2.10 - Voluntariado e desenvolvimento geral das pessoas atendidas

Tabela 19 – Voluntariado e desenvolvimento geral das pessoas atendidas na APAE-Rio

Como a atuação dos trabalhadores voluntários impacta no desenvolvimento geral das pessoas atendidas na APAE-Rio (Tijuca)?		
Não impacta	1	5,26
Impacta pouco	3	15,79
Impacta muito	6	31,58
Não sei avaliar	8	42,11
Não respondeu	1	5,26

Dentre os voluntários entrevistados, 42,1% não sabem avaliar como a atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio impacta no desenvolvimento geral das pessoas atendidas na APAE-Rio, 31,6% julgam que impacta muito e 15,8% julgam que impacta pouco (Gráfico 14). Apenas 5,3 % julgam que não impacta.

Quase a metade dos voluntários que responderam aos questionários não sabe avaliar o impacto do seu trabalho. É recomendável que a APAE-Rio mostre a cada voluntário a importância do seu trabalho e como ele se insere no processo global de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais. Da mesma forma, recomenda-se estimular o entrosamento com os trabalhadores remunerados, de forma que o trabalhador voluntário possa atuar com autonomia e em consonância com os objetivos da instituição, fazendo uso de todo o seu potencial.

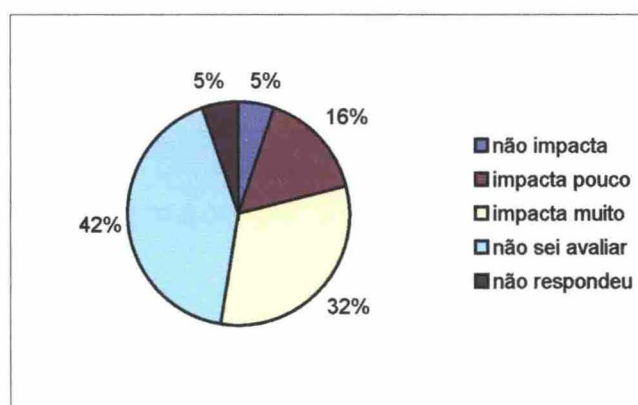


Gráfico 14 - Impacto da atuação do voluntariado na APAE-Rio

4.6.2.11 - Significado atribuído ao trabalho

Tabela 20 – Significado atribuído ao trabalho pelos trabalhadores voluntários na APAE-Rio

Escreva abaixo <u>uma</u> palavra que melhor expresse o significado que você atribui ao trabalho remunerado e uma palavra que melhor expresse o significado do trabalho voluntário.		
Remunerado		
Profissionalismo	1	5,26
Necessário	1	5,26
Necessidade	4	21,05
Dedicação	4	21,05
Benção	1	5,26
Sobrevivência	2	10,52
Útil (para ambos os lados)	1	5,26
Consciência	1	5,26
Comprometimento	1	5,26
Responsabilidade	1	5,26
Relevante	1	5,26
Reconhecimento	1	5,26
Voluntário		
Responsabilidade	1	5,26
Doação	2	10,52
Solidariedade	4	21,05
Amor	4	21,05
Paz	1	5,26
Idealismo	1	5,26
Satisfação	2	10,52
Útil	1	5,26
Dedicação	1	5,26
Relevante	1	5,26
Ajuda	1	5,26

Dentre os diversos significados indicados espontaneamente pelos trabalhadores voluntários para expressar o significado do trabalho remunerado, foram mencionados mais de uma vez necessidade (4 vezes), dedicação (4 vezes) e sobrevivência (2 vezes).

Dentre os diversos significados indicados espontaneamente pelos trabalhadores voluntários para expressar o significado do trabalho voluntário (Gráfico 15), foram mencionados mais de uma vez solidariedade (4 vezes), amor (4 vezes), doação (2 vezes) e satisfação (2 vezes).

As associações livres do trabalho remunerado com necessidade e dedicação indicam que, enquanto necessidade, o trabalho é visto menos como possibilidade de realização pessoal do que como condição de sobrevivência. A predominância de livre associação do trabalho voluntário com solidariedade e amor reforça o interesse no estudo da solidariedade e do amor e seus vínculos com o trabalho voluntário.

Uma vez mais aparece a solidariedade, agora junto com o amor, como significado atribuído ao trabalho voluntário. Trata-se aqui de resposta aberta, resultado da livre associação dos trabalhadores voluntários que responderam aos questionários.

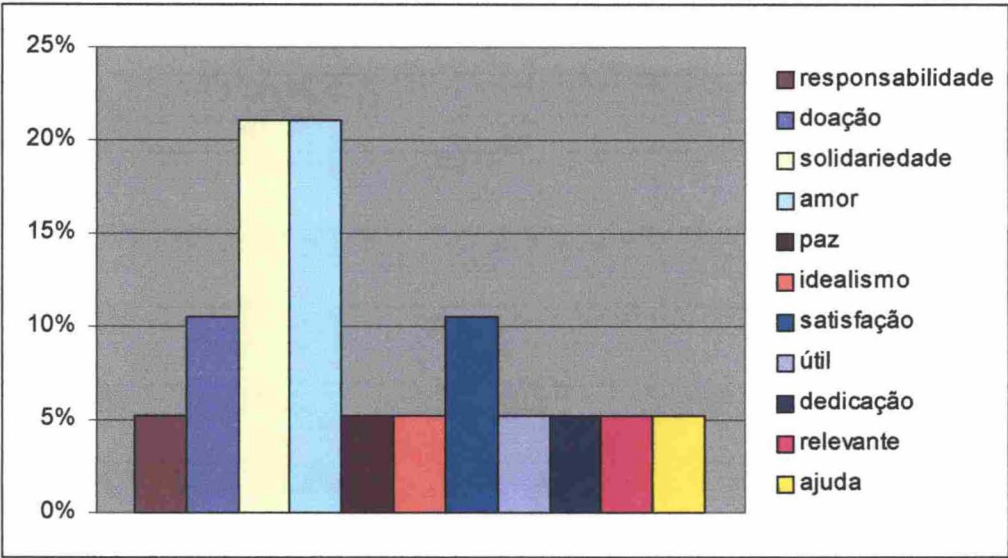


Gráfico 15 - Significado atribuído ao trabalho voluntário / APAE-Rio

4.6.2.12 - Dedicação semanal

Tabela 21 – Dedicação semanal dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio.

Quantas horas semanais você dedica à APAE-Rio (Tijuca) como trabalhador voluntário?		
3 a 8	9	47,37
9 a 14	3	15,79
15 a 20	4	21,05
Mais de 20	3	15,79

Quase a metade (47,4%) dos trabalhadores voluntários que respondeu ao questionário dedica entre 3 e 8 horas semanais à APAE-Rio. Quase um sexto dos voluntários (15,8%) trabalham mais de 20 horas semanais. Numa época em que se discute a redução da jornada semanal do trabalhador remunerado para 40 horas ou menos, os números apresentados acima indicam que o trabalho voluntário pode ter participação significativa na mão-de-obra utilizada por instituições privadas sem fins lucrativos.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e a interpretação dos dados obtidos no estudo, amparadas no referencial teórico apresentado, apontam para as seguintes considerações finais:

- O trabalho voluntário impacta positivamente a atuação de instituições privadas sem fins lucrativos que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais e contribui para melhorar o atendimento a estas pessoas. Este é o posicionamento dos familiares de pessoas atendidas na APAE-Rio que, na sua expressiva maioria, estão satisfeitos com a atuação dos voluntários da instituição e têm expectativas de resultados ainda melhores com o aumento do número de voluntários;
- Os voluntários são motivados, sobretudo, pela prática da solidariedade;
- Os voluntários atribuem como principal significado ao trabalho voluntário o amor;
- Em que pese a baixa escolaridade dos familiares das pessoas atendidas na APAE-Rio e a dificuldade demonstrada por alguns entrevistados para entender o significado de algumas perguntas, mais da metade dos familiares que responderam os questionários afirmaram que a atuação dos trabalhadores voluntários afeta a qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio. Pouco menos da metade (47,3%) julga que afeta muito, porém a soma dos que julgam que afeta muito com os que julgam que afeta pouco alcança mais da metade (58,2%);
- A observação *in loco* da atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio permite constatar o entusiasmo das pessoas engajadas em suas diferentes atividades. Questões delicadas no trato com o voluntariado, tais como assiduidade, resistência à avaliação e rotatividade, não comprometem a atuação dos voluntários.

A ênfase na questão da solidariedade observada nas respostas dos voluntários está alinhada com a definição do que vem a ser um voluntário segundo o Programa Voluntário do Conselho Comunidade Solidária (“...motivado pelos valores de participação e solidariedade...”).

A atuação da APAE-Rio retrata algumas qualidades consideradas típicas de organizações do Terceiro Setor, quando comparadas com organizações do Primeiro (setor público) e Segundo Setor (setor privado). Destacam-se maior proximidade com o cidadão beneficiado e maior agilidade e desburocratização.

Amparada no amor, na solidariedade, na ética e na busca da cidadania para todos, a prática do trabalho voluntário pode ser uma resposta à busca por soluções que possibilitem o atendimento adequado a pessoas portadoras de necessidades especiais. Por meio das instituições privadas sem fins lucrativos, e lastreadas na experiência do Terceiro Setor, tal ação é capaz de transformar cada cidadão em artífice de uma obra que pretende resgatar o convívio prazeroso entre as pessoas e a dignidade de muitos.

A percepção do trabalhador voluntário de que o seu destino está de alguma forma relacionado com o destino daqueles que o cercam e sua decisão de doar parte do seu tempo para ações que buscam melhorar a condição do outro, a exemplo dos voluntários da APAE-Rio, refletem a adesão que bem expressa o conceito de solidariedade e a noção de responsabilidade coletiva empregada pelo sistema filosófico do solidarismo.

O vínculo do trabalho voluntário com o amor é motivo de esperança em um mundo que banaliza a violência e procura na ação militar o caminho para a solução de conflitos que deveriam ser tratados pelas vias do diálogo e da negociação. A constatação da presença do amor no simples ato de doar parte do tempo e talento de cada um em prol da construção de cidadania para todos, deve ser divulgada com o intuito de estimular a prática do voluntariado.

O amor pede estar atento à necessidade do outro e compreender que o destino do outro não é senão o destino de toda a teia na qual se está inserido.

Se é fato que o amor se manifesta nas ações voluntárias e se é fato que no voluntariado está implícito o ato solidário, tamanhas são as forças aí presentes que não há porque não estimular cada cidadão a doar um pouco de seu tempo, seu talento, sua vontade de participar. Cabe ao Estado, em todas as suas instâncias, estimular e apoiar o voluntariado, reconhecendo que a sociedade não necessita da sua “mão” para decidir o que fazer. Mais ainda, o apoio deve vir também da iniciativa privada e de todas as organizações do Terceiro Setor.

Examinando a questão do voluntariado sob a ótica da ética do dever, observa-se que não há contradição em doar parte do tempo de cada um em prol do bem-estar das pessoas carentes e/ou portadoras de necessidades especiais. Não se trata da caridade pela caridade, mas uma ação que visa ao bem-estar coletivo, podendo ser aplicada como regra universal. Entende-se que há o dever moral de contribuir para o bem-estar da sociedade, de cuja harmonia decorre a harmonia de cada um de seus membros.

Sob a ótica utilitarista, o trabalho voluntário proporciona mais prazer para o maior número de pessoas dentro e fora da instituição onde ocorre e da comunidade onde está inserida. Do ponto de vista do relativismo ético, o trabalho voluntário, tratado como norma moral, atende aos cinco critérios estabelecidos: quanto à justificativa social, o trabalho voluntário está alinhado com a necessidade e o interesse das comunidades onde as instituições sem fins lucrativos estão inseridas; não há oposição nas reais condições do trabalho voluntário às necessidades sociais das comunidades, de modo que se atende à justificativa prática; não contradiz e é coerente com as demais normas do código moral, de modo que é justificável logicamente; cientificamente o trabalho voluntário é compatível com o nível de conhecimento alcançado pela sociedade; quanto à justificativa dialética, o trabalho voluntário contém elementos que, no processo ascensional moral, se integram em novo nível moral superior. Entre tais elementos pode-se citar a busca por oferecer condições de plena cidadania aos membros da comunidade onde o trabalho voluntário se insere.

A compreensão de que os atos de todo indivíduo reverberam na malha social, sendo difícil detectar o limite de sua atuação, e a disposição para o exercício da caridade dessacralizada – proposta do solidarismo –, para o exercício da cidadania como expressão plena da vida com dignidade, remete à luta pacífica que vem a ser a prática do trabalho voluntário.

As diversas instituições que atualmente se dedicam a apoiar, recrutar e difundir o voluntariado devem ser apoiadas na sua tarefa. E novas organizações, governamentais ou não, devem atuar no sentido de estimular e orientar os cidadãos que podem e querem contribuir com a força do seu trabalho para transformar a realidade social.

A doação de R\$ 15 mensais feita por cada um dos 120 milhões de brasileiros situados acima da linha da miséria – remuneração mensal acima de R\$ 80 – acabaria com a miséria no país (NERI, 2003). Algumas horas semanais de trabalho voluntário desta mesma parcela da população brasileira em instituições privadas sem fins lucrativos poderão produzir profunda mudança no quadro da miséria e da exclusão social em nosso país e, dependendo da dedicação semanal, da organização e apoio recebidos, a experiência poderá ser realmente transformadora.

A questão do atendimento adequado às pessoas carentes e/ou portadoras de necessidades especiais, passa pela construção da cidadania – conjunto de direitos civis, políticos e sociais – para todos. Esta ação, desenvolvida nas instituições privadas sem fins lucrativos com a

força do voluntariado, é uma real possibilidade que o homem comum encontra de contribuir para um mundo mais justo.

## 6 - REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABS. Apresentação de dados estatísticos. Disponível em: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/3B2CB13F064B4B25CA256BCD00827305?Open>. Acesso em 05 jan. 2004.
- ALBERONI, Francesco; VECA, Salvatore. *O Altruísmo e a Moral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BAKER, James R. Tightening the Iron Cage: Concertive Control in Self-Managing Teams. *Administrative Science Quarterly*, v. 38, 1993.
- BLS. Apresentação de dados estatísticos. Disponível em: <http://www.bls.gov/news.release/volun.nr0.htm>. Acesso em 05 jan. 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CORULLÓN, Mônica. *A Importância do Trabalho Voluntário*. Síntese de transcrição de palestra proferida no Instituto APAE-SP em 22/04/1999.
- DALARI, Dalmo. *Direitos e Deveres da Cidadania*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 30 mar. 2003.
- DATAFOLHA. Apresentação de pesquisas e levantamentos estatísticos. Disponível em: <http://www.datafolha.com.br>. Acesso em 17 jan. 2004.
- DE LA TORRE, Angel Sánchez. *Diccionario de Ciencias Sociales II*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos U.N.E.S.C.O., 1976.
- ELLIS, Susan J. *From the Top Down*. New York: Energy Books, 1996.
- EWALD, François. *Dictionnaire D'Éthique et de Philosophie Morale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- FREITAS, Maria de. Internet solidária. *Revista Isto É*, São Paulo, 30 mar. 2003.
- GERRING, John. *What is a case study and what is it good for*. Boston: Boston University, 2002.

- HALL, Michael *et al.* *Caring Canadians, Involved Canadians: Highlights from the 1997 National Survey of Giving, Volunteering and Participating*. Disponível em: <http://www.statcan.ca>. Acesso em 05 jan. 2004.
- IBGE. Apresentação de dados estatísticos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12 jan. 2004.
- IS. Apresentação informações sobre o Terceiro Setor nos Estados Unidos. Disponível em: [http://www.independentsector.org/GandV/s\\_volu.htm](http://www.independentsector.org/GandV/s_volu.htm). Acesso em 17 jan. 2004.
- KLIKSBERG, Bernardo. Mais ética, mais desenvolvimento. *Jornal Gazeta Mercantil*, 27 jun. 2003.
- KONDER, Leandro. A questão da cidadania. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2003. Caderno B.
- LOVATELLI, Carlo. Voluntariado, arma da cidadania. *Jornal Gazeta Mercantil*, 2003.
- NEGRI, Antonio. Entrevista ao Programa Milênio. *Canal de TV GloboNews*, 2003.
- NERI, Marcelo. Programas sociais não surtem efeito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 set. 2003. Entrevista publicada no Caderno Cidade.
- NEVES, Francisco. O Desafio da Paixão. *Jornal Valor*, São Paulo, 15 jul. 2003.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIOVOLUNTÁRIO. Apresentação de dados e definição de voluntário segundo a ONU. Disponível em: <http://www.riovoluntarios.org.br>. Acesso em 12 jan. 2004.
- SALOMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. *Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- ROY, Kakoli; ZIEMEKE, Suzanne. *On The Economics of Volunteering*. Disponível em: <http://www.worldvolunteers.org>. Acesso em 29 dez. 2003.
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Passar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil*. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br>. Acesso em 26 out. 2003.
- TENÓRIO, Fernando G. (Org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *A Economia Moral da Utilidade*. Texto submetido a *Nouvelle Revue* para publicação, 2002.

TONELLI, Maria José. Produção de Sentidos: Tempo e Velocidade nas Organizações. Anais do II ENEO, Recife, 2002

VAZQUES, Adolfo. *Ética*. São Paulo: Zahaar, 1998.

WILSON, John; MUSICK, Marc. Who cares? Toward an integrated theory of volunteer work, *American Sociological Review*, v. 62, n. 5, p. 694-713, oct. 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em 16 jan. 2004.

**ANEXOS**

## **Anexo A**

**Questionário aplicado aos familiares das pessoas atendidas na APAE-Rio**

## QUESTIONÁRIO

Sexo: \_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_

---

As perguntas a seguir fazem parte de uma pesquisa para a elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro.

Solicitamos responder as perguntas abaixo marcando (x) entre os parêntesis que antecedem a resposta de sua escolha. Apenas uma resposta deve ser escolhida para cada pergunta.

Agradecemos a gentileza de colaborar com esta pesquisa.

---

1. Qual o resultado do tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) no desenvolvimento geral de seu familiar?  
☐ péssimo    ☐ ruim    ☐ regular    ☐ bom    ☐ ótimo
2. Qual deverá ser a influência no tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) se aumentar o número de trabalhadores voluntários?  
☐ nenhuma    ☐ baixa    ☐ média    ☐ alta
3. O que você acha da atuação dos trabalhadores voluntários da APAE-Rio (Tijuca)?  
☐ péssimo    ☐ ruim    ☐ regular    ☐ bom    ☐ ótimo
4. Como a atuação dos trabalhadores voluntários afeta a qualidade do tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca)?  
☐ não afeta    ☐ afeta pouco    ☐ afeta muito
5. Qual deverá ser a influência no tratamento oferecido pela APAE-Rio (Tijuca) se diminuir o número de trabalhadores voluntários?  
☐ nenhuma    ☐ baixa    ☐ média    ☐ alta

**Anexo B**  
**Questionário aplicado aos voluntários da APAE-Rio**

## QUESTIONÁRIO

Sexo: \_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_

Setor de atuação na APAE-Rio (Tijuca): \_\_\_\_\_

As perguntas a seguir fazem parte de uma pesquisa para a elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro.

Solicitamos responder as perguntas abaixo marcando com “X” entre os parêntesis que antecedem a resposta de sua escolha.

Agradecemos a gentileza de colaborar com esta pesquisa.

---

1. O que o motivou a trabalhar na APAE-Rio (Tijuca) como voluntário?

*Marque quantas respostas desejar.*

- ☐ Exercício de cidadania.
- ☐ Preencher vazio existencial.
- ☐ Exercício de solidariedade.
- ☐ Aumentar rede de relacionamentos.
- ☐ Combater a solidão.
- ☐ Ocupar o tempo.
- ☐ Acompanhar modismo.
- ☐ Tornar-se trabalhador remunerado da APAE-RIO no futuro.
- ☐ Abrandar culpa social.
- ☐ Ajudar as pessoas.
- ☐ Ter parente deficiente mental.
- ☐ Orientação religiosa.
- ☐ Obrigação de retribuir o que recebeu da sociedade.
- ☐ Passar adiante o conhecimento adquirido.
- ☐ Outros (especifique abaixo).

Outros motivos: \_\_\_\_\_

---

*Marque apenas uma resposta para cada pergunta abaixo.*

2. Como você avalia o relacionamento entre trabalhadores voluntários e trabalhadores remunerados na APAE-Rio (Tijuca)?

- ☐ péssimo    ☐ ruim    ☐ regular    ☐ bom    ☐ ótimo

3. Como você avalia a atuação dos trabalhadores voluntários na APAE-Rio (Tijuca)?

- ☐ péssima    ☐ ruim    ☐ regular    ☐ boa    ☐ ótimo

4. Como a atuação dos trabalhadores voluntários impacta no desenvolvimento geral das pessoas atendidas na APAE-Rio (Tijuca)?

☐ não impacta      ☐ impacta pouco      ☐ impacta muito      ☐ não sei avaliar

5. Escreva abaixo uma palavra que melhor expresse o significado que você atribui ao trabalho remunerado e uma palavra que melhor expresse o significado do trabalho voluntário.

Remunerado \_\_\_\_\_ Voluntário \_\_\_\_\_

6. Quantas horas semanais você dedica à APAE-Rio (Tijuca) como trabalhador voluntário?

---

☐ 3 a 8      ☐ 9 a 14      ☐ 15 a 20      ☐ mais de 20

**Anexo C**  
**Lei do Serviço Voluntário**

Lei no. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a Instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

*(Lei assinada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, no dia 18 de fevereiro de 1998)*

## **Anexo D**

**Aspectos a serem contemplados em um programa básico de captação de voluntários**

➤ Preparação

- Levantamento das necessidades da Instituição;
- Elaboração do perfil do voluntário mais adequado para cada solicitação de trabalho;
- Divulgação interna e externa (meios de comunicação, mídia, etc.).

➤ Sensibilização / Recrutamento / Seleção

- Recepção
- Inscrição
- Entrevistas pessoais com os candidatos.

➤ Desenvolvimento da capacitação

- Orientação
  - Informações sobre a Instituição;
  - Apresentação da proposta de trabalho;
  - Esclarecimento sobre habilidades, atitudes e comportamentos.
- Treinamento
  - Treinamento genérico;
  - Treinamento específico;
  - Supervisão e auxílio no início do processo;
  - Continuidade na formação.
- Supervisão
  - Compartilhar conhecimentos e habilidades;
  - Planejar e organizar o trabalho com o voluntário;
  - Tempo de adaptação;
  - Integração com as equipes de voluntários e funcionários.

➤ Avaliação

- Processo de revisão contínua;
- Recolocação.

➤ Valorização e reconhecimento

- Formal (eventos especiais);

Informal (demonstração de aprovação, consideração e aceitação por parte da equipe).

## **Anexo E**

### **Fatores que contribuem para manter a motivação do voluntário**

### Do ponto de vista da instituição

- Política definida;
- Conceitos e objetivos definidos;
- Resultados e metas definidos;
- Capacitação
- Aperfeiçoamento
- Avaliação
- Indicadores de resultados;
- Retorno à ação.

### Do ponto de vista do voluntário

- Saber o que se espera dele;
- Sentir que pertence à organização;
- Sentir que honestamente se precisa dele;
- Poder compartilhar o planejamento das metas do grupo em clima de liberdade;
- Sentir que é possível alcançar os objetivos e que os mesmos têm sentido para ele;
- Ter delegação de responsabilidades que desafiem suas habilidades.

Ao criar um corpo de voluntários, a instituição deve ter em mente os seguintes aspectos:

- Por que queremos voluntários?
  - Esta deve ser uma decisão consciente da instituição;
  - A instituição deve estar preparada para receber voluntários;
  - A instituição deve ter clareza sobre sua missão e uma política definida sobre qual o tipo de voluntário ela precisa.
- Qual o papel do voluntário na instituição e qual a sua contribuição?
  - O voluntário precisa conhecer suas funções, seus direitos e suas responsabilidades;
  - Deve procurar transformar seu impulso solidário em compromisso;
  - Para que seu desempenho seja realmente eficiente e eficaz, deve doar-se com prazer, assumir apenas responsabilidades que possa cumprir dentro do tempo de que possa dispor;
  - Deve estar ciente de que sua contribuição é a de apoiar a instituição em todas as suas atividades que requerem a participação do trabalho voluntário.
- Como estabelecer o vínculo entre o voluntário e a instituição e o que fazer para reforçar essa relação?

- Deixar bastante claro que essa é uma relação de duas mãos: traz benefícios não só para a instituição, mas também para o próprio voluntário;
  - A instituição deve estar atenta para avaliar benefícios e riscos de ter voluntários;
  - A não adequação a determinadas tarefas pode gerar frustrações em ambas as partes;
  - O envolvimento do voluntário com o pessoal remunerado deve ser bem explicitado para não suscitar temores de “concorrência”;
  - Quanto mais orientação e treinamento o voluntário receber, maior será sua integração na instituição;
  - Diretrizes claras e disponibilidade da instituição em esclarecer determinadas situações contribuem para a melhoria do inter-relacionamento da instituição com o voluntário;
  - Sistemas de capacitação, de reciclagem e de motivação devem ser constantes;
  - O reconhecimento e valorização do trabalho voluntário fazem o voluntário sentir-se realmente um membro participativo da instituição.
- Quais as razões para o voluntário permanecer na instituição?
- Satisfação pelo trabalho realizado;
  - Percepção de que pertence à organização;
  - Poder partilhar com a instituição sua competência e conhecimentos;
  - Ver, enfim, seu esforço reconhecido e valorizado.

**Anexo F****Termo de Adesão ao Serviço Voluntário**

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_

Tipo de serviço que o voluntário vai prestar:

\_\_\_\_\_

Instituição onde o voluntário vai prestar o serviço:

Nome: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

CGC: \_\_\_\_\_

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário, nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Rio de Janeiro: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do voluntário

\_\_\_\_\_

Nome do responsável Assinatura do responsável

\_\_\_\_\_

Responsável pela instituição Cargo

Testemunhas: \_\_\_\_\_